

Assembleia Legislativa do Estado da Bahia

ALBA

Analista Legislativo - Enfermagem

Edital N° 001 de 26 de Outubro de 2018

OT124-2018

DADOS DA OBRA

Título da obra: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia - ALBA

Cargo: Analista Legislativo - Enfermagem

(Baseado no Edital N° 001 de 26 de Outubro de 2018)

- Língua Portuguesa
- Legislação Institucional
- Raciocínio Lógico-Matemático
 - Conhecimentos Gerais
 - Conhecimentos Específicos

Autora

Silvana Guimarães

Gestão de Conteúdos

Emanuela Amaral de Souza

Diagramação/ Editoração Eletrônica

Elaine Cristina

Ana Luiza Cesário

Thais Regis

Produção Editorial

Suelen Domenica Pereira

Leandro Filho

Capa

Joel Ferreira dos Santos

APRESENTAÇÃO

PARABÉNS! ESTE É O PASSAPORTE PARA SUA APROVAÇÃO.

A Nova Concursos tem um único propósito: mudar a vida das pessoas.

Vamos ajudar você a alcançar o tão desejado cargo público.

Nossos livros são elaborados por professores que atuam na área de Concursos Públicos. Assim a matéria é organizada de forma que otimize o tempo do candidato. Afinal corremos contra o tempo, por isso a preparação é muito importante.

Aproveitando, convidamos você para conhecer nossa linha de produtos "Cursos online", conteúdos preparatórios e por edital, ministrados pelos melhores professores do mercado.

Estar à frente é nosso objetivo, sempre.

Contamos com índice de aprovação de 87%*.

O que nos motiva é a busca da excelência. Aumentar este índice é nossa meta.

Acesse **www.novaconcursos.com.br** e conheça todos os nossos produtos.

Oferecemos uma solução completa com foco na sua aprovação, como: apostilas, livros, cursos online, questões comentadas e treinamentos com simulados online.

Desejamos-lhe muito sucesso nesta nova etapa da sua vida!

Obrigado e bons estudos!

*Índice de aprovação baseado em ferramentas internas de medição.

CURSO ONLINE



PASSO 1

Acesse:

www.novaconcursos.com.br/passaporte



PASSO 2

Digite o código do produto no campo indicado no site.

O código encontra-se no verso da capa da apostila.

*Utilize sempre os 8 primeiros dígitos.

Ex: FV054-18



PASSO 3

Pronto!

Você já pode acessar os conteúdos online.

SUMÁRIO

Língua Portuguesa

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos.	01
2. Estruturação do texto e dos parágrafos.	21
3. Articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos, operadores sequenciais.....	21
4. Significação contextual de palavras e expressões.	01
5. Equivalência e transformação de estruturas.	21
6. Sintaxe: processos de coordenação e subordinação.....	55
Emprego de tempos e modos verbais.....	23
7. Pontuação.....	69
Estrutura e formação de palavras.	32
8. Funções das classes de palavras.	32
9. Flexão nominal e verbal.	32
10. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.	80
11. Concordância nominal e verbal.	72
Regência nominal e verbal.	78
12. Ocorrência de crase.....	78
13. Ortografia oficial.	14
14. Acentuação gráfica.	14

Legislação Institucional

Regimento Interno da ALBA (Resolução nº 1.193/1985, de 17.01.1985).....	01
Lei nº 6.677/1994, de 26.09.1994 (Estatuto dos Servidores Públicos da Bahia).	27
Lei nº 8.902/2003, de 18.12.2003.	50
Lei nº 8.971/2004, de 05.01.2004.	52
Ato da Mesa Diretora nº 007/2010, de 24.03.2010.....	118
Constituição do Estado da Bahia: Título IV – Da Organização dos Poderes, Capítulo I – Do Poder Legislativo e Título V – Capítulos I, II e III.	59
Lei Federal nº 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa.	68
Lei Federal nº 8.666/93 – Normas para Licitações e Contratos da Administração Pública.	80

Raciocínio Lógico-Matemático

1. Lógica: proposições, valor-verdade negação, conjunção, disjunção, implicação, equivalência, proposições compostas.	01
2. Equivalências lógicas.	19
3. Problemas de raciocínio: deduzir informações de relações arbitrárias entre objetos, lugares, pessoas e/ou eventos fictícios dados.	01
4. Diagramas lógicos, tabelas e gráficos.....	13
5. Conjuntos e suas operações.	37
6. Números naturais, inteiros, racionais, reais e suas operações. Representação na reta.....	42
7. Unidades de medida: distância, massa e tempo.	71
8. Representação de pontos no plano cartesiano.	75
9. Álgebra básica: equações, sistemas e problemas do primeiro grau.	83
10. Porcentagem e proporcionalidade direta e inversa.	63
11. Sequências, reconhecimento de padrões, progressões aritmética e geométrica.	42
12. Juros.	89
13. Geometria básica: distâncias e ângulos, polígonos, circunferência, perímetro e área.	42
14. Semelhança e relações métricas no triângulo retângulo.	42
15. Medidas de comprimento, área, volume.	42
16. Princípios de contagem e noção de probabilidade.....	30

SUMÁRIO

Conhecimentos Gerais

Meio ambiente e sociedade: problemas, políticas públicas, organizações não governamentais, aspectos locais e aspectos globais.....	01
Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus impactos na sociedade contemporânea.	03
Mundo Contemporâneo: elementos de política internacional e brasileira.	04
Cultura internacional e cultura brasileira (música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, jornais, revistas e televisão).....	10
Elementos de economia internacional contemporânea.....	11
Panorama da economia brasileira.....	12

Conhecimentos Específicos

Sistema Único de Saúde – SUS: história, princípios, diretrizes, estrutura, organização das instituições e suas relações com os serviços de saúde, níveis de assistência à saúde, direitos dos usuários, políticas, ações e programas de saúde.	01
Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Lei federal nº 7.498/1986	24
Decreto Lei nº 94.406/1987.	33
Gerenciamento de serviços de enfermagem.	35
Dimensionamento de pessoal em Enfermagem.	39
Planejamento, programação e elaboração de projetos básicos para aquisição de materiais e insumos em saúde.	45
Planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.	46
Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde.	47
Sistematização da Assistência de Enfermagem – SAE.	51
Educação em saúde.	56
Biossegurança.	62
Programa Nacional de Segurança do Paciente.	82
Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis – DCNT no Brasil.	85
Assistência de enfermagem em doenças transmissíveis.	93
Assistência de enfermagem nos agravos clínicos e cirúrgicos.	100
Assistência de enfermagem em urgência e emergência.	143
Suporte Avançado de Vida em Cardiologia.	149
Assistência de enfermagem em saúde mental.	151
Assistência de enfermagem à saúde da criança e do adolescente, à saúde da mulher, à saúde do homem e à saúde do idoso.	159
Programa Nacional de Imunizações.	206
Bioestatística e Enfermagem Baseada em Evidências.....	208

LÍNGUA PORTUGUESA

1	Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.	01
2	Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.	05
3	Domínio da ortografia oficial.	14
3.1	Emprego das letras.	14
3.2	Emprego da acentuação gráfica.	14
4	Domínio dos mecanismos de coesão textual.	21
4.1	Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e outros elementos de sequenciação textual.	21
4.2	Emprego/correlação de tempos e modos verbais.	23
5	Domínio da estrutura morfosintática do período.	32
5.1	Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.	55
5.2	Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.	55
5.3	Emprego dos sinais de pontuação.	69
5.4	Concordância verbal e nominal.	72
5.5	Emprego do sinal indicativo de crase.	78
5.6	Colocação dos pronomes átonos.	80
6	Reescritura de frases e parágrafos do texto.	89
6.1	Substituição de palavras ou de trechos de texto.	89
6.2	Retextualização de diferentes gêneros e níveis de formalidade.	89
7	Correspondência oficial.	95
7.1	Adequação da linguagem ao tipo de documento.	95
7.2	Adequação do formato do texto ao gênero.	95

1 COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS.

Leia o texto abaixo de Franz Kafka, *O silêncio das sereias*:

Prova de que até meios insuficientes - infantis mesmo podem servir à salvação:

Para se defender da sereias, Ulisses tapou o ouvidos com cera e se fez amarrar ao mastro. Naturalmente - e desde sempre - todos os viajantes poderiam ter feito coisa semelhante, exceto aqueles a quem as sereias já atraíam à distância; mas era sabido no mundo inteiro que isso não podia ajudar em nada. O canto das sereias penetrava tudo e a paixão dos seduzidos teria rebentado mais que cadeias e mastro. Ulisses porém não pensou nisso, embora talvez tivesse ouvido coisas a esse respeito. Confiou plenamente no punhado de cera e no molho de correntes e, com alegria inocente, foi ao encontro das sereias levando seus pequenos recursos.

As sereias entretanto têm uma arma ainda mais terrível que o canto: o seu silêncio. Apesar de não ter acontecido isso, é imaginável que alguém tenha escapado ao seu canto; mas do seu silêncio certamente não. Contra o sentimento de ter vencido com as próprias forças e contra a altivez daí resultante - que tudo arrasta consigo - não há na terra o que resista.

E de fato, quando Ulisses chegou, as poderosas cantoras não cantaram, seja porque julgavam que só o silêncio poderia conseguir alguma coisa desse adversário, seja porque o ar de felicidade no rosto de Ulisses - que não pensava em outra coisa a não ser em cera e correntes - as fez esquecer de todo e qualquer canto.

Ulisses no entanto - se é que se pode exprimir assim - não ouviu o seu silêncio, acreditou que elas cantavam e que só ele estava protegido contra o perigo de escutá-las. Por um instante, viu os movimentos dos pescoços, a respiração funda, os olhos cheios de lágrimas, as bocas semiabertas, mas achou que tudo isso estava relacionado com as árias que soavam inaudíveis em torno dele. Logo, porém, tudo deslizou do seu olhar dirigido para a distância, as sereias literalmente desapareceram diante da sua determinação, e quando ele estava no ponto mais próximo delas, já não as levava em conta.

Mas elas - mais belas do que nunca - esticaram o corpo e se contorceram, deixaram o cabelo horripilante voar livre no vento e distenderam as garras sobre os rochedos. Já não queriam seduzir, desejavam apenas capturar, o mais longamente possível, o brilho do grande par de olhos de Ulisses.

Se as sereias tivessem consciência, teriam sido então aniquiladas. Mas permaneceram assim e só Ulisses escapou delas.

De resto, chegou até nós mais um apêndice. Diz-se que Ulisses era tão astucioso, uma raposa tão ladina, que mesmo a deusa do destino não conseguia devassar seu íntimo. Talvez ele tivesse realmente percebido - embora isso não possa ser captado pela razão humana - que as sereias haviam silenciado e se opôs a elas e aos deuses usando como escudo o jogo de aparências acima descrito.

(KAFKA, Franz. *O silêncio das sereias*. In. <http://almanaque.folha.uol.com.br/kafka2.htm>)

O que nos diz Franz Kafka a respeito do silêncio das sereias? Por que o silêncio seria mais mortal do que o seu canto?

Ler um texto é muito mais do que decodificar um código, entender seu vocabulário. Isso porque o conjunto de palavras que compõem um texto são organizados de modo a produzir uma mensagem. Há várias formas de se ler um texto. Iniciamos primeiramente pela camada mais superficial, que é justamente o início da "tradução" do vocabulário apresentado. Compreendidas as palavras, ainda nesse primeiro momento, verificamos qual tipo de texto se trata: matéria de jornal, conto, poema. Entretanto, ainda assim não lemos esse conjunto de palavras em sua plenitude, isso porque ler é, antes de mais nada, interpretar.

A palavra interpretação significa, literalmente, explicar algo para si e para o outro. E explicar, outra palavra importante numa leitura, consiste em desdobrar algo que estava dobrado. Assim sendo, podemos entender que ler um texto é interpretá-lo, e para tanto se faz necessário desdobrar suas camadas, suas palavras, até fazê-las suas, para assim chegar a uma camada mais profunda do que a inicial - a da mera "tradução" das palavras.

Um texto é sempre escrito por alguém. Um autor, quando lança as palavras num papel, faz na intenção de passar uma mensagem específica para o leitor. Muitas vezes temos dificuldades em captar qual a mensagem ele está tentando nos dizer. Entretanto, algo é sempre importante lembrar: textos são feitos de palavras, e todas as ferramentas para se entender o texto estão no próprio texto, no modo como o autor organizou as palavras entre si.

Tudo isso pode ser resumido numa simples frase: texto é uma composição estruturada em camadas de sentido. Da mesma forma que para conhecer uma casa é preciso adentrá-la e entender sua estrutura, compreender um texto é decompô-lo, camada a camada, desde o conhecimento da autoria até o sentido final. Isso requer uma atitude ativa do leitor, e não meramente passiva.

Você já se perguntou por que em concursos públicos e vestibulares é sempre exigida interpretação textual? Pense. Não basta apenas conhecer as regras gramaticais de uma língua, também é importante entender os sentidos que essa língua pode expressar. Se não conseguimos interpretar um texto, como conseguiremos interpretar o mundo em que vivemos?

Assim sendo, ler o texto se faz da mesma forma que se lê o mundo: a partir de suas peculiaridades, ultrapassando a camada mais ingênua da vida e do texto, entendendo as *entrelinhas* da mensagem, ou seja, o que está subentendido.

Quando falamos de leitura, falamos antes de níveis de leitura, pois é a partir desse processo que alcançamos uma interpretação efetiva. Vejamos:

1 – Níveis de leitura

a) Primeiro Nível – é o mais superficial e consiste em iniciar o aprendizado dos significados das palavras. É o próprio ato de decodificação de uma língua. Nesse nível ainda não é possível realizar a interpretação de um texto, já que não se possui ainda familiaridade com os sentidos de uma palavra.

b) Segundo Nível – é o contato mais familiar com um texto, através do conhecimento de qual gênero se trata (notícia, conto, poema), do seu autor e dos benefícios que essa leitura poderia trazer. Imagine você uma livraria. Há vários exemplares para escolher. Então você analisa o título do livro, o autor, lê rapidamente a contracapa e também um trecho do livro. O segundo nível da leitura diz respeito a essa primeira familiarização com um texto.

c) Terceiro Nível – é o momento da leitura propriamente dita. O primeiro passo é entender em qual gênero se encontram as palavras. Se forem textos de ficção (como conto, romance) devemos nos atentar às falas e ações das personagens. Caso se trate de uma crônica ou texto de opinião, é importante prestar atenção no vocabulário utilizado pelo autor, pois nestes gêneros as palavras são escolhidas minuciosamente a fim de explicitar um determinado sentido. Quando se tratar de um poema, também é importante analisar o vocabulário do poeta, lembrando-se que na poesia a mensagem sempre diz mais do que parece dizer.

No momento de interpretar um texto, geralmente ultrapassamos o terceiro nível da leitura, chegando ao quarto e quinto, quando precisamos reler o material em questão, centrando-se em partes específicas. Frente as perguntas de interpretação, cuidado com as opções muito generalizadoras, estas tentam confundir o leitor, já que representam apenas leituras superficiais do assunto. Por isso mesmo, sempre muita atenção no momento da leitura, para que não caia nas famosas “pegadinhas” dos avaliadores.

2) Ideia central

Um texto sempre apresenta uma ideia central e, muitas vezes, na primeira leitura não a captamos. Assim, algumas estratégias são válidas para atingir esse propósito.

- 1) Qual o gênero textual?
- 2) O texto poderia ser resumido numa frase, qual?
- 3) A frase representa a ideia central, qual é essa ideia?
- 4) Como o autor desenvolve essa ideia ao longo do texto?
- 5) Quais as palavras mais recorrentes nesse texto?

Caso você consiga responder essas perguntas certamente você terá as ferramentas necessárias para interpretar o texto.

Utilizemos como exemplo o texto de Franz Kafka citada anteriormente. Leia o texto novamente. Agora responda as questões:

- 1) Qual o gênero textual?
Trata-se de um conto, ou seja, um texto de ficção.
- 2) O texto poderia ser resumido numa frase, qual?
Utilizando as palavras do autor: *As sereias entretanto têm uma arma ainda mais terrível que o canto: o seu silêncio*

3) A frase representa a ideia central, qual é essa ideia?
O autor parece nos dizer que o silêncio é mais mortal que a própria fala, ou seja, pode ferir mais.

4) Como o autor desenvolve essa ideia ao longo do texto?

- a) Muitos já escaparam do canto das sereias, nunca do seu silêncio;
- b) Quando o herói Ulisses passa pelas sereias, elas não cantam, precisam de uma arma maior;
- c) Ulisses foi mais astuto que as sereias – frente o silêncio mortal que elas lançavam, ele o ignorou, usando a mesma arma do inimigo para enfrentá-lo.

5) Quais as palavras mais recorrentes no texto?
Silêncio, canto, sereias, Ulisses, herói, astucioso.
Assim sendo, o texto que inicialmente parecia enigmático, após as respostas das perguntas sugeridas, parece mais claro. Ou seja, Franz Kafka se utiliza da ficção para nos dizer que a indiferença é uma arma mais mortal que o próprio enfrentamento.

Analisemos agora um poema, um dos mais conhecidos da literatura brasileira, *No meio do caminho*, de Carlos Drummond de Andrade:

No Meio do Caminho – Carlos Drummond de Andrade

*No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.
Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra*
(ANDRADE, Carlos Drummond de. *No meio do caminho*. In. <http://www.revistabula.com/391-os-dez-melhores-poemas-de-carlos-drummond-de-andrade/>)

A mensagem parece simples, mas se trata de um poema. Quando precisamos interpretar esse tipo de gênero, é essencial perceber que as palavras dizem mais do que o senso comum, por isso se faz importante interpretá-las com cuidado. Vamos às perguntas sugeridas:

- 1) Qual o gênero textual?
Poema
- 2) O texto poderia ser resumido numa frase, qual?
Tinha uma pedra no meio do caminho
- 3) A frase representa a ideia central, qual é essa ideia?
Pedra no caminho é uma frase de sentido popular que significa dificuldade. O poeta parece usar uma frase banal num poema para indicar que pedra é muito mais do que pedra, é uma dificuldade.

4) Como o autor desenvolve essa ideia ao longo do texto?

Através da repetição da frase “tinha uma pedra no meio caminho”. Escrito diversas vezes, soa como uma lição a ser aprendida.

5) Quais as palavras mais recorrentes nesse texto?

Pedra, meio, caminho

Quando realizamos essas perguntas, paramos para refletir sobre a mensagem do texto em questão. E mais, quando precisamos interpretar um texto, após a leitura inicial, é necessário ler detalhadamente cada parte (seja parágrafo, estrofe) e assim construir passo a passo o “desdobramento” do texto.

3) Dicas importantes para uma interpretação de texto

- Faça uma leitura inicial, a fim de se familiarizar com o vocabulário e o conteúdo;

- Não interrompa a leitura caso encontre palavras desconhecidas, tente inicialmente fazer uma leitura geral;

- Faça uma nova leitura, tentando captar as entrelinhas do texto, ou seja, a intenção do autor ao escrever esse material;

- Lembre-se que no texto não estão as suas ideias, e sim as do autor, por isso cuidado para não interpretar segundo o seu ponto de vista;

- Nas questões interpretativas, atente para as alternativas generalizadoras, as que apresentam palavras como *sempre, nunca, certamente, todo, tudo*, geralmente tentem confundir aquele que realiza uma leitura mais superficial;

- Das alternativas propostas, haverá uma completamente sem sentido (para captar o leitor mais desatento) e duas mais convincentes. Para escolher a correta, procure no texto indícios que a fundamenta.

Exercícios

1. De acordo com o ditado popular “inveioso nunca medrou, nem quem perto dele morou”,

a) o inveioso nunca teve medo, nem amedronta seus vizinhos;

b) enquanto o inveioso prospera, seus vizinhos empobrecem;

c) o inveioso não cresce e não permite o crescimento dos vizinhos;

d) o temor atinge o inveioso e também seus vizinhos;

e) o inveioso não provoca medo em seus vizinhos.

2. Leia e responda:

“O destino não é só dramaturgo, é também o seu próprio contra-regra, isto é, designa a entrada dos personagens em cena, dá-lhes as cartas e outros objetos, e executa dentro os sinais correspondentes ao diálogo, uma trovoadas, um carro, um tiro.”

Assinale a alternativa correta sobre esse fragmento de *D. Casmurro*, de Machado de Assis:

a) é de caráter narrativo;

b) é de caráter reflexivo;

c) evita-se a linguagem figurada;

d) é de caráter descritivo;

e) não há metalinguagem.

3. “Tão barato que não conseguimos nem contratar uma holandesa de olhos azuis para este anúncio.”

No texto, a orientação semântica introduzida pelo termo nem estabelece uma relação de:

a) exclusão;

b) negação;

c) adição;

d) intensidade;

e) alternância.

Texto para a questão 4.

– Ah, não sabe? Não o sabes? Sabes-lo não?

– Esquece.

– Não. Como “esquece”? Você prefere falar errado? E o certo é “esquece” ou “esqueça”? Ilumine-me. Mo diga. Ensine-me, vamos.

– Depende.

– Depende. Perfeito. Não o sabes. Ensinar-me-lo-ias se o soubesses, mas não sabes-o.

– Está bem. Está bem. Desculpe. Fale como quiser.

(L. F. Veríssimo, *Jornal do Brasil*, 30/12/94)

4. O texto tem por finalidade:

a) satirizar a preocupação com o uso e a colocação das formas pronominais átonas;

b) ilustrar ludicamente várias possibilidades de combinação de formas pronominais;

c) esclarecer pelo exemplo certos fatos da concordância de pessoa gramatical;

d) exemplificar a diversidade de tratamentos que é comum na fala corrente.

e) valorizar a criatividade na aplicação das regras de uso das formas pronominais.

5. Bem cuidado como é, o livro apresenta alguns defeitos. Começando com “O livro apresenta alguns defeitos”, o sentido da frase não será alterado se continuar com:

a) desde que bem cuidado;

b) contanto que bem cuidado;

c) à medida que é bem cuidado;

d) tanto que é bem cuidado;

e) ainda que bem cuidado.

Texto para as questões 6 e 7.

“Eu considereei a glória de um pavão ostentando o esplendor de suas cores; é um luxo imperial. Mas andei lendo livros, e descobri que aquelas cores todas não existem na pena do pavão. Não há pigmentos. O que há são minúsculas bolhas d’água em que a luz se fragmenta, como em um prisma. O pavão é um arco-íris de plumas.

Eu considere que este é o luxo do grande artista, atingir o máximo de matizes com um mínimo de elementos.

De água e luz ele faz seu esplendor, seu grande mistério é a simplicidade. Considerei, por fim, que assim é o amor, oh minha amada; de tudo que ele suscita e esplende e estremece e delira em mim existem apenas meus olhos recebendo a luz do teu olhar. Ele me cobre de glórias e me faz magnífico."

(Rubem Braga, *200 Crônicas Escolhidas*)

6. Nas três "considerações" do texto, o cronista preserva, como elemento comum, a idéia de que a sensação de esplendor:

- a) ocorre de maneira súbita, acidental e efêmera;
- b) é uma reação mecânica dos nossos sentidos estimulados;
- c) decorre da predisposição de quem está apaixonado;
- d) projeta-se além dos limites físicos do que a motivou;
- e) resulta da imaginação com que alguém vê a si mesmo.

7. Atente para as seguintes afirmações:

I - O esplendor do pavão e o da obra de arte implicam algum grau de ilusão.

II - O ser que ama sente refletir em si mesmo um atributo do ser amado.

III - O aparente despojamento da obra de arte oculta os recursos complexos de sua elaboração.

De acordo com o que o texto permite deduzir, apenas:

- a) as afirmações I e III estão corretas;
- b) as afirmações I e II estão corretas;
- c) as afirmações II e III estão corretas;
- d) a afirmação I está correta;
- e) a afirmação II está correta.

Texto para as questões 8 e 9.

"Em nossa última conversa, dizia-me o grande amigo que não esperava viver muito tempo, por ser um "cardisplicente".

– O quê?

– Cardisplicente. Aquele que desdenha do próprio coração.

Entre um copo e outro de cerveja, fui ao dicionário.

– "Cardisplicente" não existe, você inventou – triunfei.

– Mas seu eu inventei, como é que não existe? – espantou-se o meu amigo.

Semanas depois deixou em saudades fundas companheiros, parentes e bem-amadas. Homens de bom coração não deveriam ser cardisplicentes."

8. Conforme sugere o texto, "cardisplicente" é:

- a) um jogo fonético curioso, mas arbitrário;
- b) palavra técnica constante de dicionários especializados;
- c) um neologismo desprovido de indícios de significação;
- d) uma criação de palavra pelo processo de composição;
- e) termo erudito empregado para criar um efeito cômico.

9. "– Mas se eu inventei, como é que não existe?"

Segundo se deduz da fala espantada do amigo do narrador, a língua, para ele, era um código aberto:

- a) ao qual se incorporariam palavras fixadas no uso popular;
- b) a ser enriquecido pela criação de gírias;
- c) pronto para incorporar estrangeirismos;
- d) que se amplia graças à tradução de termos científicos;
- e) a ser enriquecido com contribuições pessoais.

Texto para as questões 10 e 11.

"A triste verdade é que passei as férias no calçadão do Leblon, nos intervalos do novo livro que venho penosamente perpetrando. Estou ficando cobra em calçadão, embora deva confessar que o meu momento calçadônido mais alegre é quando, já no caminho de volta, vislumbro o letreiro do hotel que marca a esquina da rua onde finalmente terminarei o programa-saúde do dia. Sou, digamos, um caminhante resignado. Depois dos 50, a gente fica igual a carro usado, é a suspensão, é a embreagem, é o radiador, é o contraplano do rolabrequim, é o contrafarto do mesocárdio epidítico, a falta da serotorpina folimolecular, é o que mecânicos e médicos disseram. Aí, para conseguir ir segurando a barra, vou acatando os conselhos. Andar é bom para mim, digo sem muita convicção a meus entediados botões, é bom para todos."

(João Ubaldo Ribeiro, *O Estado de S. Paulo*, 6/8/95)

10. No período que se inicia em "Depois dos 50...", o uso de termos (já existentes ou inventados) referentes a áreas diversas tem como resultado:

- a) um tom de melancolia, pela aproximação entre um carro usado e um homem doente;
- b) um efeito de ironia, pelo uso paralelo de termos da medicina e da mecânica;
- c) uma certa confusão no espírito do leitor, devido à apresentação de termos novos e desconhecidos;
- d) a invenção de uma metalinguagem, pelo uso de termos médicos em lugar de expressões corriqueiras;
- e) a criação de uma metáfora existencial, pela oposição entre o ser humano e objetos.

11. Na frase "Aí, para conseguir ir segurando a barra, vou acatando os conselhos...". Aí será corretamente substituído, de acordo com seu sentido no texto, por:

- a) Nesse lugar
- b) Nesse instante
- c) Contudo
- d) Em conseqüência
- e) Ao contrário

12. A prosopopéia, figura que se observa no verso "Sinto o canto da noite na boca do vento", ocorre em:

- a) "A vida é uma ópera e uma grande ópera."
- b) "Ao cabo tão bem chamado, por Camões, de 'Tormentório', os portugueses apelidaram-no de 'Boa Esperança!'"
- c) "Uma talhada de melancia, com seus alegres caroços."
- d) "Oh! eu quero viver, beber perfumes, Na flor silvestre, que embalsama os ares."
- e) "A felicidade é como a pluma..."

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

Regimento Interno da ALBA (Resolução nº 1.193/1985, de 17.01.1985).....	01
Lei nº 6.677/1994, de 26.09.1994 (Estatuto dos Servidores Públicos da Bahia).	27
Lei nº 8.902/2003, de 18.12.2003.	50
Lei nº 8.971/2004, de 05.01.2004.	52
Ato da Mesa Diretora nº 007/2010, de 24.03.2010.....	118
Constituição do Estado da Bahia: Título IV – Da Organização dos Poderes, Capítulo I – Do Poder Legislativo e Título V - Capítulos I, II e III.	59
Lei Federal nº 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa.	68
Lei Federal nº 8.666/93 – Normas para Licitações e Contratos da Administração Pública.	80

**REGIMENTO INTERNO DA ALBA
(RESOLUÇÃO Nº 1.193/1985, DE 17.01.1985).**

Resolução nº 1.193, de 17 de janeiro de 1985.

Dispõe sobre o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 71, inciso I, da Constituição Estadual, resolve adotar o seguinte:
REGIMENTO INTERNO

**TÍTULO I
DA ASSEMBLEIA
CAPÍTULO I
Disposições Preliminares**

Art. 1º A Assembleia Legislativa tem sede na capital do Estado da Bahia e reunir-se-á em Sessão Legislativa anual ordinária de 1º (primeiro) de fevereiro a 30 (trinta) de junho e de 1º (primeiro) de agosto a 30 (trinta) de dezembro.*

Parágrafo único As reuniões da Assembleia em Sessão Ordinária e Extraordinária ocorrerão no edifício em que tem sua sede, podendo, entretanto, por motivo de conveniência pública e deliberação da maioria absoluta de seus membros, reunir-se temporariamente em qualquer cidade do Estado.

* Redação dada pela Resolução nº 1.769, de 26/6/2017.

**CAPÍTULO II
Das Sessões Preparatórias**

ART. 2º Em preparação para a posse, o Deputado diplomado deverá apresentar à Mesa, pessoalmente ou por intermédio do seu partido, até o dia 25 (vinte e cinco) de janeiro do primeiro ano da legislatura, o respectivo diploma expedido pela Justiça Eleitoral, juntamente com a comunicação do nome parlamentar e da legenda partidária a que pertence.*

Parágrafo único O Presidente da Assembleia Legislativa fará publicar, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro, no Diário Oficial Eletrônico do Legislativo, a relação dos Deputados diplomados, em ordem alfabética, com indicação do nome parlamentar e da legenda partidária respectiva, incluindo ainda os suplentes diplomados, segundo a ordem de votação.*

* Redação dada pela Resolução nº 1.769, de 26/6/2017.

Art. 3º A Assembleia Legislativa, no primeiro ano da legislatura, reunir-se-á, em sessões preparatórias a partir de 1º de fevereiro, às 14:30h, para a posse de seus membros e eleição da Mesa, para um mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, dentro da mesma legislatura.

§ 1º Assumirá a direção dos trabalhos o último Presidente da Assembleia, se reeleito Deputado, ou, à sua falta, sucessivamente dentre os Deputados presentes, o que haja mais recentemente exercido, por mandato, a Presidência ou a Secretaria, na gradação ordinal destes cargos, sendo que, à falta de qualquer destes, assumirá o Deputado com maior número de legislaturas e entre estes o mais idoso.*

§ 2º Aberta a Sessão, o Presidente convidará dois Deputados integrantes das

Representações Partidárias mais numerosas, a fim de funcionarem como Secretários, e fará ler, por um destes, a relação dos Deputados diplomados publicada no Diário Oficial Eletrônico do Legislativo.*

§ 3º Após as providências previstas no parágrafo anterior, o Presidente, de pé, prestará o seguinte compromisso: "Prometo cumprir fielmente a Constituição Federal e a Constituição do Estado da Bahia, promover o bem geral do Estado e observar as suas leis" e, em seguida, feita a chamada por um dos Secretários, cada Deputado, também de pé, declarará: "Assim o prometo".*

§ 4º Concluída a solenidade de posse dos Parlamentares, o Presidente convocará outra sessão, destinada à eleição da Mesa Diretora.*

§ 5º A segunda sessão preparatória realizar-se-á com a presença de mais da metade dos Deputados e, sempre que possível, sob a mesma Presidência e com os mesmos Secretários da Sessão anterior.*

§ 6º Nas sessões preparatórias não será permitido o uso da palavra para assuntos estranhos às suas finalidades.*

§ 7º O compromisso a que se refere o § 3º deste artigo será prestado em sessão pública, ou perante o Presidente em períodos de recesso, pelos Deputados empossados posteriormente ou por suplentes por ocasião de sua primeira convocação.*

* Redação dada pela Resolução nº 1.769, de 26/6/2017.

**CAPÍTULO III
Da Eleição da Mesa**

ART. 4º A eleição da Mesa ou o preenchimento posterior de qualquer vaga farse-á por escrutínio secreto, utilizando-se cédulas impressas ou datilografadas, atendido sempre que possível, na sua composição, o critério de proporcionalidade da Representação Partidária.*

§ 1º Havendo mais de um concorrente para o mesmo cargo a votação ocorrerá de forma individual, obedecida a ordem hierárquica dos cargos, com a chamada nominal de cada Deputado para depositar o voto na urna específica, com o uso de cédula uninominal contendo a indicação do cargo a preencher, previamente rubricada pela Mesa dirigente dos trabalhos e colocada em sobrecarta também rubricada pela Mesa.*

§ 2º A votação para os cargos onde houver candidatura única será realizada em seguida àquela prevista no § 1º, em um só ato de votação, no qual o Deputado colocará em uma única sobrecarta tantas cédulas quantos forem os nomes escolhidos, depositando-a em urna própria.*

§ 3º A votação para suplente da Mesa, não havendo disputa, far-se-á na forma prevista no § 2º. Caso contrário, a votação ocorrerá após concluída a votação para os membros titulares, da mesma forma prevista no § 1º, no que couber.*

§ 4º Concluído o processo de votação, o Presidente determinará a abertura das urnas, obedecida a ordem de votação, procedendo-se a conferência do número de sobrecartas com o número de votantes e em seguida a contagem dos votos. Concluída a contagem dos votos e declarado o resultado, serão de imediato destruídas as cédulas.*

§ 5º Serão anulados os votos contidos na mesma sobrecarta que resultem na indicação de mais de um nome para um só cargo.*

§ 6º Serão considerados eleitos os Deputados que alcançarem maioria de votos em relação a cada cargo disputado e havendo empate será repetida a votação. Persistindo o empate será eleito o mais idoso.*

*Redação dada pela Resolução nº 1.445, de 23/1/2009.

ART. 5º À vista dos resultados, o Presidente da sessão proclamará os eleitos, dar-lhes-á posse e passará a direção dos trabalhos ao Presidente empossado, que, com o Primeiro e Segundo Secretários, ocupará a Mesa.

ART. 6º Será permitido a um Deputado de cada Representação Partidária o uso da palavra com referência ao evento, após o que o Presidente anunciará a sessão solene de abertura dos trabalhos legislativos, dando em seguida por encerrada a sessão.

ART. 7º No terceiro ano da legislatura, à mesma data e hora previstas no art. 2º deste Regimento, realizar-se-á a eleição da Mesa, obedecidas as regras deste Capítulo.

**TÍTULO II
DOS DEPUTADOS
CAPÍTULO I
Do Nome Parlamentar**

ART. 8º Ao assumir o exercício do mandato, o Deputado ou suplente convocado escolherá o nome parlamentar com o qual será identificado nos registros e publicações da Assembleia.

§ 1º O nome parlamentar será composto de até 03 (três) elementos, não se podendo incluir além de nome ou prenome.

§ 2º Ocorrendo coincidência entre os nomes escolhidos, terá prioridade o Deputado mais antigo ou, tendo ambos a mesma antiguidade, o mais idoso.

§ 3º Em todos os registros da Assembleia será consignado o nome completo do Deputado, destacando-se em maiúscula os elementos constitutivos do nome parlamentar.

§ 4º O Deputado poderá a qualquer tempo mudar o seu nome parlamentar, dirigindo comunicação à Presidência.

CAPÍTULO II

Da Perda e da Suspensão do Exercício do Mandato

ART. 9º Perderá o mandato o Deputado: I que, desde a expedição do diploma:

a) firmar ou mantiver contratos com pessoa jurídica de direito público, entidades da administração indireta ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive o de que seja demissível ad nutum, nas entidades constantes da alínea anterior.

II que, desde a posse:

a) for proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exerça função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que seja demissível ad nutum, nas entidades a que se refere o inciso I, alínea a;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea a;

d) for titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo;

III cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

IV que deixar de comparecer à terça parte das reuniões ordinárias realizadas em cada período de sessão legislativa, salvo por licença ou desempenho de missão autorizada pela Assembleia Legislativa;

V que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

VI quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal; VII que sofrer condenação criminal por sentença transitada em julgado.

§ 1º Para os exclusivos efeitos do inciso IV deste artigo, será considerado presente o Deputado que comparecer ao Plenário ou se encontrar no edifício sede da Assembleia, no horário das sessões.

§ 2º O serviço próprio da Assembleia encaminhará ao final da sessão a relação dos Deputados presentes ao edifício, na forma do parágrafo anterior.

§ 3º Não será computada a falta, para fim de perda de mandato, decorrente da privação temporária de liberdade em virtude de processo penal.

ART. 10 Nas hipóteses dos incisos I, II, III e VII do art. 9º, a perda do mandato será decidida pela Assembleia Legislativa, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de Partido Político nela representado, assegurada ampla defesa.

ART. 11 Quando a infringência versar a hipótese dos incisos IV, V e VI do já referido art. 9º, a perda será declarada pela Mesa da Assembleia, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de Partido Político, com Representação na Assembleia Legislativa ou com registro definitivo, assegurada ampla defesa.

ART. 12 Nos processos relativos a perda de mandato, excetuadas as hipóteses dos incisos V e VI do art. 9º, serão observadas, sob pena de nulidade, as seguintes normas:

I recebida a representação, o Presidente da Assembleia a encaminhará à Comissão de Constituição e Justiça, que dentro de 10 (dez) dias emitirá parecer, concluindo pela admissão ou arquivamento da mesma;

II o parecer será encaminhado à Mesa ou ao Plenário conforme a competência constitucional para julgamento da matéria;

III aceita a representação pelo órgão competente, o Presidente da Assembleia designará Comissão Especial com 05 (cinco) membros para promover o processo;

IV a Comissão fornecerá cópia da representação ao Deputado, para que este apresente defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis por mais 10 (dez), a seu requerimento;

V no prazo da defesa poderá o interessado requerer as provas que julgar necessárias, indeferindo o Relator as impertinentes, cabendo recurso à Comissão em 03 (três) dias;

VI finda a instrução, o Relator abrirá vista do processo ao Deputado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, se manifeste em razões finais;

VII o Relator apresentará parecer, no prazo de 15 (quinze) dias, à Comissão Processante, que dentro de mais 15 (quinze) dias fará a sua apreciação, encaminhando as conclusões ao órgão próprio.

ART. 13 Suspende-se o exercício do mandato por incapacidade civil absoluta, julgada por sentença de interdição irreversível.

Parágrafo único A declaração da suspensão do mandato parlamentar, nos casos deste artigo, far-se-á por resolução da Assembleia publicada no Diário Oficial Eletrônico do Legislativo.

CAPÍTULO III Das Licenças

ART. 14 O Deputado poderá obter licença nos seguintes casos:

I para desempenhar missão diplomática ou de representação do Estado em caráter transitório;

II para participar de congressos, conferências, reuniões culturais ou eventos semelhantes;

III para exercer funções constitucionalmente permitidas; IV para tratamento de saúde;

V para cuidar de interesses particulares.

Parágrafo único Indepe de licença o afastamento do exercício do mandato para o desempenho de funções de Ministro de Estado e Secretário de Estado.*

* Redação dada pela Resolução nº 1.199, de 29/6/1987.

ART. 15 A licença para os fins previstos nos incisos I e II do artigo anterior dependerá de requerimento do interessado, que será submetido à Mesa, cabendo recurso ao Plenário, não podendo ser concedida por período superior a 60 (sessenta) dias.

ART. 16 Ao deixar o exercício do mandato para ocupar função constitucionalmente prevista, o Deputado poderá optar pela remuneração parlamentar ou por aquela atribuída ao cargo que irá exercer.

ART. 17 Ao Deputado que por motivo de doença comprovada se encontrar impossibilitado de atender aos deveres do exercício do mandato, será concedida a licença para tratamento de saúde.

§ 1º O requerimento dirigido ao Presidente da Assembleia será feito pelo interessado ou, na sua impossibilidade, pelo Líder do Partido, devendo vir acompanhado de laudo médico, firmado por 03 (três) peritos do serviço da Assembleia, onde se estimará o tempo de duração do impedimento.

§ 2º O Presidente, no prazo de 05 (cinco) dias, examinará o pedido, fixando o tempo da licença, que retroagirá à data da enfermidade indicada no laudo.

§ 3º Esgotado o prazo sem deliberação considerar-se-á concedida a licença pelo tempo estipulado no laudo.

§ 4º Durante a licença não serão substituídos os servidores lotados no gabinete do titular.

ART. 18 O pedido de licença para tratar de interesses particulares será submetido à Assembleia, que indicará o prazo de sua duração, não excedendo 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa.

Parágrafo único À vista do pedido formulado, o Presidente da Assembleia o encaminhará ao Plenário, considerando-se aprovado se não houver manifestação dentro de 05 (cinco) sessões ordinárias subsequentes ao recebimento.

ART. 19 Excluído o pagamento das sessões extraordinárias, é integral a remuneração do Deputado, quando em licença, ressalvada a sua opção, na forma do art. 16 deste Regimento.

Parágrafo único Ao parlamentar afastado para cuidar de interesse particular nenhuma remuneração é devida.

ART. 20 O Deputado afastado do exercício do mandato não poderá ser incumbido de representação da Assembleia.

ART. 21 Em qualquer das hipóteses previstas neste Capítulo só haverá convocação de suplente quando a licença for concedida por período superior a 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo único O Deputado, poderá, a qualquer tempo, desistir da licença.

CAPÍTULO IV Da Vacância

ART. 22 Ocorrerá vaga na Assembleia Legislativa: I por falecimento;

II pela renúncia;

III pela perda do mandato, na forma prevista na Constituição;

IV pelo afastamento temporário, mas por tempo indeterminado, previsto no inciso III do artigo 14 desta Resolução.

ART. 23 A convocação de suplente, em casos de vacância que a autorize, realizar-se-á, de ofício, por Ato do Presidente.

ART. 24 A renúncia constituir-se-á em ato acabado e definitivo desde que comunicada, por escrito, à Mesa da Assembleia e publicada no Diário Oficial Eletrônico do Legislativo.

CAPÍTULO V
Da Licença para Instauração de Processo Criminal
Contra Deputado

* **Capítulo introduzido pela Resolução nº 1.244, de 10/1/1996.**

ART. 25 A solicitação do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado para instaurar processo criminal contra Deputado será instruída com cópia integral dos autos da ação penal originária ou do inquérito policial.

ART. 26 No caso de prisão em flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos à Assembleia Legislativa dentro de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de responsabilidade da autoridade que a presidir, cuja apuração será promovida de ofício pela Mesa.

ART. 27 Recebida a solicitação ou os autos de flagrante, o Presidente despachará expediente à Comissão de Constituição e Justiça, observadas as seguintes normas:

I no caso de flagrante, a Comissão resolverá preliminarmente sobre a prisão, devendo:

a) ordenar a apresentação do réu preso, que permanecerá sob sua custódia até o pronunciamento da Assembleia Legislativa sobre o relaxamento ou não da prisão;

b) oferecer parecer prévio, facultada a palavra ao Deputado envolvido ou ao seu representante, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sobre a manutenção ou não da prisão, propondo o projeto de resolução respectivo que será submetido até a sessão seguinte à deliberação do Plenário pelo voto secreto da maioria absoluta de seus membros;

II vencida ou incorrente a fase prevista no inciso I, a Comissão de Constituição

e Justiça proferirá parecer, facultada a palavra ao Deputado envolvido ou ao seu representante, no prazo de 5 (cinco) sessões, concluindo pelo deferimento ou indeferimento do pedido de licença ou pela autorização, ou não, da formação da culpa, no caso de flagrante, propondo o competente projeto de resolução;

III o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, uma vez lido no expediente e publicado no Diário Oficial Eletrônico do Legislativo, será incluído na Ordem do Dia;

IV incluído na Ordem do Dia, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça deverá ser votado no prazo máximo de 5 (cinco) sessões;

V se da aprovação do parecer, pelo voto secreto da maioria absoluta dos Deputados, resultar admitida a acusação contra o Deputado, considerar-se-á dada a licença para instauração do processo ou autorizada a formação da culpa;

VI a decisão será comunicada pelo Presidente da Assembleia Legislativa ao

Presidente do Tribunal de Justiça dentro de 3 (três) sessões.

ART. 28 Adotar-se-á a votação secreta para a deliberação da solicitação da licença, devendo ser observados na solicitação desta os procedimentos previstos neste Regulamento.

ART. 29 Estando em recesso a Assembleia Legislativa, as atribuições conferidas à Comissão de Constituição e Justiça e ao Plenário serão exercidas cumulativamente pela Mesa Diretora, ad referendum do Plenário.

TÍTULO III
Da Representação Partidária
CAPÍTULO I

Da Proporcionalidade dos Partidos no Âmbito das Comissões

ART. 30 Na constituição de Comissões, assegurar-se-á a Representação proporcional dos Partidos ou dos Blocos Parlamentares com assento na Casa.

§ 1º Calcula-se a proporcionalidade de Representação de cada Agremiação Partidária, multiplicando-se o número de seus Deputados pelo número de membros de Comissão e dividindo-se este produto pelo total dos Deputados.

§ 2º Resultando da operação acima excedente fracionário, serão preenchidas as vagas remanescentes pelos Partidos cuja fração obtida mais se aproximar da unidade.

§ 3º Havendo coincidência no coeficiente fracionário, o preenchimento da vaga far-se-á por sorteio.

CAPÍTULO II
Dos Líderes

ART. 31 Os Deputados são agrupados por suas Legendas Partidárias, cabendo-lhes escolher um Líder, que ocasionalmente pode ser substituído por Vice-Líder.

§ 1º Cada Líder poderá indicar Vice-Líderes, na proporção de um por 6 (seis) Deputados ou fração que constitua a Representação Partidária.

§ 2º Os Partidos indicarão os seus Líderes à Mesa, em documento subscrito pela maioria absoluta dos integrantes da Bancada.

ART. 32 Dentre outras atribuições regimentais compete ao Líder de Partido indicar à Mesa os membros de sua Bancada para compor as Comissões da Assembleia ou, de qualquer forma, para representar a Casa.

ART. 33 São prerrogativas do Líder:

I usar da palavra em qualquer fase da sessão, por 10 (dez) minutos para fazer comunicação inadiável, sempre que não haja orador na tribuna;

II manifestar-se, no Grande Expediente, no horário das Lideranças, pelo tempo que lhe for reservado, podendo indicar oradores;

III encaminhar, pelo período de 05 (cinco) minutos, a votação sobre requerimento de urgência;

IV indicar à Mesa a ordem de sua substituição pelos Vice-Líderes.

Parágrafo único As Representações Partidárias que não atinjam 1/10 (um décimo) do total dos Deputados têm asseguradas, através dos seus representantes, as prerrogativas conferidas aos Líderes com as seguintes ressalvas:

I cada representante usará da palavra, em comunicação inadiável, por 05 (cinco) minutos;

II no horário destinado às Lideranças, 30 (trinta) minutos serão divididos entre as Representações Partidárias, cabendo, em cada sessão, 10 (dez) minutos a cada uma das Representações, obedecida a precedência pelo número de seus Deputados.*

* Parágrafo único e incisos I e II acrescentados pela Resolução nº 1.199, de 29/6/1987.

RACIOCÍNIO LÓGICO

1 Conceitos básicos de raciocínio lógico: proposições; valores lógicos das proposições; sentenças abertas; número de linhas da tabela verdade; conectivos; proposições simples; proposições compostas. 2 Tautologia	01
Lógica de argumentação	09
Diagramas lógicos e lógica de primeira ordem.....	13
Equivalências	19
Leis de demorgan	23
Sequência lógica	26
Princípios de contagem e probabilidade	30
Operações com conjunto	37
Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.....	42
Porcentagem	63
Unidades de medida: distância, massa e tempo.	71
Representação de pontos no plano cartesiano.	75
Álgebra básica: equações, sistemas e problemas do primeiro grau.	83
Juros.....	89

RACIOCÍNIO LÓGICO

PROF. EVELISE LEIKO UYEDA AKASHI

Especialista em Lean Manufacturing pela Pontifícia Universidade Católica- PUC Engenheira de Alimentos pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Graduanda em Matemática pelo Claretiano.

1 CONCEITOS BÁSICOS DE RACIOCÍNIO LÓGICO: PROPOSIÇÕES; VALORES LÓGICOS DAS PROPOSIÇÕES; SENTENÇAS ABERTAS; NÚMERO DE LINHAS DA TABELA VERDADE; CONECTIVOS; PROPOSIÇÕES SIMPLES; PROPOSIÇÕES COMPOSTAS. 2 TAUTOLOGIA.

Proposição

Definição: Todo o conjunto de palavras ou símbolos que exprimem um pensamento de sentido completo.

Nossa professora, bela definição!
Não entendi nada!

Vamos pensar que para ser proposição a frase tem que fazer sentido, mas não só sentido no nosso dia a dia, mas também no sentido lógico.

Para uma melhor definição dentro da lógica, para ser proposição, temos que conseguir julgar se a frase é verdadeira ou falsa.

Exemplos:

(A) A Terra é azul.

Conseguimos falar se é verdadeiro ou falso? Então é uma proposição.

(B) $\sqrt{2} > 2$

Como $\sqrt{2} \approx 1,41$, então a proposição tem valor lógico falso.

Todas elas exprimem um fato.

Agora, vamos pensar em uma outra frase:

O dobro de 1 é 2?

Sim, correto?

Correto. Mas é uma proposição?

Não! Porque sentenças interrogativas, não podemos declarar se é falso ou verdadeiro.

Bruno, vá estudar.

É uma declaração imperativa, e da mesma forma, não conseguimos definir se é verdadeiro ou falso, portanto, não é proposição.

Passei!

Ahh isso é muito bom, mas infelizmente, não podemos de qualquer forma definir se é verdadeiro ou falso, porque é uma sentença exclamativa.

Vamos ver alguns princípios da lógica:

- I. Princípio da não Contradição: uma proposição não pode ser verdadeira "e" falsa ao mesmo tempo.
- II. Princípio do Terceiro Excluído: toda proposição "ou" é verdadeira "ou" é falsa, isto é, verifica-se sempre um desses casos e nunca um terceiro caso.

Valor Lógico das Proposições

Definição: Chama-se valor lógico de uma proposição a verdade, se a proposição é verdadeira (V), e a falsidade, se a proposição é falsa (F).

Exemplo

p: Thiago é nutricionista.

$V(p) = V$ essa é a simbologia para indicar que o valor lógico de p é verdadeira, ou

$V(p) = F$

Basicamente, ao invés de falarmos, é verdadeiro ou falso, devemos falar tem o valor lógico verdadeiro, tem valor lógico falso.

Classificação

Proposição simples: não contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. São geralmente designadas pelas letras latinas minúsculas p,q,r,s...

E depois da letra colocamos ":"

Exemplo:

p: Marcelo é engenheiro

q: Ricardo é estudante

Proposição composta: combinação de duas ou mais proposições. Geralmente designadas pelas letras maiúsculas P, Q, R, S,...

Exemplo:

P: Marcelo é engenheiro e Ricardo é estudante.

Q: Marcelo é engenheiro ou Ricardo é estudante.

Se quisermos indicar quais proposições simples fazem parte da proposição composta:

$P(p,q)$

Se pensarmos em gramática, teremos uma proposição composta quando tiver mais de um verbo e proposição simples, quando tiver apenas 1. Mas, lembrando que para ser proposição, temos que conseguir definir o valor lógico.

Conectivos

Agora vamos entrar no assunto mais interessante: o que liga as proposições.

Antes, estávamos vendo mais a teoria, a partir dos conectivos vem a parte prática.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Definição

Palavras que se usam para formar novas proposições, a partir de outras.

Vamos pensar assim: conectivos? Conectam alguma coisa?

Sim, vão conectar as proposições, mas cada conetivo terá um nome, vamos ver?

-Negação

extensa: não, é falso que, não é verdade que, é mentira que
símbolo: \sim , \neg

Exemplo

p: Lívia é estudante.

\sim p: Lívia não é estudante.

q: Pedro é loiro.

\neg q: É falso que Pedro é loiro.

r: Érica lê muitos livros.

\sim r: Não é verdade que Érica lê muitos livros.

s: Cecília é dentista.

\neg s: É mentira que Cecília é dentista.

-Conjunção

extensa: "e", "nem", "mas também", "como também", "além de (disso, disto, daquilo)", "quanto" (depois de tanto), "bem como", "mas", "porém", "todavia", "entretanto", "no entanto", "senão", "não obstante", "contudo" etc.
Símbolo: \wedge

Nossa, são muitas formas de se escrever com a conjunção.

Não precisa decorar todos, alguns são mais usuais: "e", "mas", "porém"

Exemplos

p: Vinícius é professor.

q: Camila é médica.

$p \wedge q$: Vinícius é professor e Camila é médica.

$p \wedge q$: Vinícius é professor, mas Camila é médica.

$p \wedge q$: Vinícius é professor, porém Camila é médica.

- Disjunção

extensa: ..ou...
símbolo: \vee

p: Vitor gosta de estudar.

q: Vitor gosta de trabalhar

$p \vee q$: Vitor gosta de estudar ou Vitor gosta de trabalhar.

- Disjunção Exclusiva

Extensa: Ou...ou...

Símbolo: \vee

p: Vitor gosta de estudar.

q: Vitor gosta de trabalhar

$p \vee q$: Ou Vitor gosta de estudar ou Vitor gosta de trabalhar.

-Condicional

Extensão: Se...,então..., É necessário que, Condição necessária

Símbolo: \rightarrow

Exemplos

$p \rightarrow q$: Se chove, então faz frio.

$p \rightarrow q$: É suficiente que chova para que faça frio.

$p \rightarrow q$: Chover é condição suficiente para fazer frio.

$p \rightarrow q$: É necessário que faça frio para que chova.

$p \rightarrow q$: Fazer frio é condição necessária para chover.

-Bicondicional

Extensão: se, e somente se, ...

Símbolo: \leftrightarrow

p: Lucas vai ao cinema

q: Danilo vai ao cinema.

$p \leftrightarrow q$: Lucas vai ao cinema se, e somente se, Danilo vai ao cinema.

Referências

ALENCAR FILHO, Edgar de – Iniciação a lógica matemática – São Paulo: Nobel – 2002.

Questões

01. (IFBAIANO – Assistente em Administração – FCM/2017) Considere que os valores lógicos de p e q são V e F, respectivamente, e avalie as proposições abaixo.

I- $p \rightarrow \sim(p \vee \sim q)$ é verdadeiro

II- $\sim p \rightarrow \sim p \wedge q$ é verdadeiro

III- $p \rightarrow q$ é falso

IV- $\sim(\sim p \vee q) \rightarrow p \wedge \sim q$ é falso

Está correto apenas o que se afirma em:

(A) I e III.

(B) I, II e III.

(C) I e IV.

(D) II e III.

(E) III e IV.

RACIOCÍNIO LÓGICO

02. (TERRACAP – Técnico Administrativo – QUADRIX/2017) Sabendo-se que uma proposição da forma “ $P \rightarrow Q$ ” — que se lê “Se P, então Q”, em que P e Q são proposições lógicas — é Falsa quando P é Verdadeira e Q é Falsa, e é Verdadeira nos demais casos, assinale a alternativa que apresenta a única proposição Falsa.

- (A) Se 4 é um número par, então $42 + 1$ é um número primo.
- (B) Se 2 é ímpar, então 22 é par.
- (C) Se 7×7 é primo, então 7 é primo.
- (D) Se 3 é um divisor de 8, então 8 é um divisor de 15.
- (E) Se 25 é um quadrado perfeito, então $5 > 7$.

03. (IFBAIANO – Assistente Social – FCM/2017) Segundo reportagem divulgada pela Globo, no dia 17/05/2017, menos de 40% dos brasileiros dizem praticar esporte ou atividade física, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)/2015. Além disso, concluiu-se que o número de praticantes de esporte ou de atividade física cresce quanto maior é a escolaridade.

(Fonte: <http://g1.globo.com/bemestar/noticia/menos-de-40-dos-brasileiros-dizem-praticar-esporte-ou-atividade-fisica-futebol-e-caminhada-lideram-praticas.ghtml>. Acesso em: 23 abr. 2017).

Com base nessa informação, considere as proposições p e q abaixo:

- p: Menos de 40% dos brasileiros dizem praticar esporte ou atividade física
- q: O número de praticantes de esporte ou de atividade física cresce quanto maior é a escolaridade

Considerando as proposições p e q como verdadeiras, avalie as afirmações feitas a partir delas.

- I- $p \wedge q$ é verdadeiro
- II- $\sim p \vee \sim q$ é falso
- III- $p \vee q$ é falso
- IV- $\sim p \wedge q$ é verdadeiro

Está correto apenas o que se afirma em:

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

04. (UFSBA - Administrador – UFMT /2017) Assinale a alternativa que NÃO apresenta uma proposição.

- (A) Jorge Amado nasceu em Itabuna-BA.
- (B) Antônio é produtor de cacau.
- (C) Jorge Amado não foi um grande escritor baiano.
- (D) Queimem os seus livros.

05. (EBSERH – Médico – IBFC/2017) Sabe-se que p, q e r são proposições compostas e o valor lógico das proposições p e q são falsos. Nessas condições, o valor lógico da proposição r na proposição composta $\{[q \vee (q \wedge \sim p)] \vee r\}$ cujo valor lógico é verdade, é:

- (A) falso
- (B) inconclusivo
- (C) verdade e falso
- (D) depende do valor lógico de p
- (E) verdade

06. (PREF. DE TANGUÁ/RJ – Fiscal de Tributos – MS-CONCURSOS/2017) Qual das seguintes sentenças é classificada como uma proposição simples?

- (A) Será que vou ser aprovado no concurso?
- (B) Ele é goleiro do Bangu.
- (C) João fez 18 anos e não tirou carta de motorista.
- (D) Bashar al-Assad é presidente dos Estados Unidos.

07. (EBSERH – Assistente Administrativo – IBFC/2017) Assinale a alternativa incorreta com relação aos conectivos lógicos:

- (A) Se os valores lógicos de duas proposições forem falsos, então a conjunção entre elas têm valor lógico falso.
- (B) Se os valores lógicos de duas proposições forem falsos, então a disjunção entre elas têm valor lógico falso.
- (C) Se os valores lógicos de duas proposições forem falsos, então o condicional entre elas têm valor lógico verdadeiro.
- (D) Se os valores lógicos de duas proposições forem falsos, então o bicondicional entre elas têm valor lógico falso.
- (E) Se os valores lógicos de duas proposições forem falsos, então o bicondicional entre elas têm valor lógico verdadeiro.

08. (DPU – Analista – CESPE/2016) Um estudante de direito, com o objetivo de sistematizar o seu estudo, criou sua própria legenda, na qual identificava, por letras, algumas afirmações relevantes quanto à disciplina estudada e as vinculava por meio de sentenças (proposições). No seu vocabulário particular constava, por exemplo:

P: Cometeu o crime A.

Q: Cometeu o crime B.

R: Será punido, obrigatoriamente, com a pena de reclusão no regime fechado.

S: Poderá optar pelo pagamento de fiança.

Ao revisar seus escritos, o estudante, apesar de não recordar qual era o crime B, lembrou que ele era inafiançável.

Tendo como referência essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

RACIOCÍNIO LÓGICO

A proposição "Caso tenha cometido os crimes A e B, não será necessariamente encarcerado nem poderá pagar fiança" pode ser corretamente simbolizada na forma $(P \wedge \sim Q) \rightarrow ((\sim R) \vee (\sim S))$.

() Certo () Errado

09. (PREF. DE RIO DE JANEIRO/RJ – Administrador - PREF. DE RIO DE JANEIRO/2016) Considere-se a seguinte proposição: "Se chover, então Mariana não vai ao deserto". Com base nela é logicamente correto afirmar que:

(A) Chover é condição necessária e suficiente para Mariana ir ao deserto.

(B) Mariana não ir ao deserto é condição suficiente para chover.

(C) Mariana ir ao deserto é condição suficiente para chover.

(D) Não chover é condição necessária para Mariana ir ao deserto.

10. (PREF. DO RIO DE JANEIRO – Agente de Administração – PREF. DE RIO DE JANEIRO/2016) Considere-se a seguinte proposição:

P: João é alto ou José está doente.

O conectivo utilizado na proposição composta P chama-se:

(A) disjunção

(B) conjunção

(C) condicional

(D) bicondicional

RESPOSTAS

01. Resposta: D.

I- $p \rightarrow \sim(p \vee \sim q)$

(V) $\rightarrow \sim(V \vee V)$

V \rightarrow F

F

II- $\sim p \rightarrow \sim p \wedge q$

F \rightarrow F \wedge V

F \rightarrow F

V

III- $p \rightarrow q$

V \rightarrow F

F

IV- $\sim(\sim p \vee q) \rightarrow p \wedge \sim q$

$\sim(F \vee F) \rightarrow V \wedge V$

V \rightarrow V

\rightarrow V

02. Resposta: E.

Vamos fazer por alternativa:

(A) V \rightarrow V

V

(B) F \rightarrow V

V

(C) V \rightarrow V

V

(D) F \rightarrow F

V

(E) V \rightarrow F

F

03. Resposta: A.

$p \wedge q$ é verdadeiro

$\sim p \vee \sim q$

F \vee F

F

$p \vee q$

V \vee V

V

$\sim p \wedge q$

F \wedge V

F

04. Resposta: D.

As frases que você não consegue colocar valor lógico (V ou F) não são proposições.

Sentenças abertas, frases interrogativas, exclamativas, imperativas

05. Resposta: E.

Sabemos que p e q são falsas.

$q \wedge \sim p = F$

$q \vee (q \wedge \sim p)$

F \vee F

F

Como a proposição é verdadeira, R deve ser verdadeira para a disjunção ser verdadeira.

06. Resposta: D.

A única que conseguimos colocar um valor lógico.

A C é uma proposição composta.

07. Resposta: D.

Observe que as alternativas D e E são contraditórias, portanto uma delas é falsa.

Se as duas proposições têm o mesmo valor lógico, a bicondicional é verdadeira.

CONHECIMENTOS GERAIS

Meio ambiente e sociedade: problemas, políticas públicas, organizações não governamentais, aspectos locais e aspectos globais.....	01
Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus impactos na sociedade contemporânea.	03
Mundo Contemporâneo: elementos de política internacional e brasileira.	04
Cultura internacional e cultura brasileira (música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, jornais, revistas e televisão).....	10
Elementos de economia internacional contemporânea.....	11
Panorama da economia brasileira.....	12

MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE: PROBLEMAS, POLÍTICAS PÚBLICAS, ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS, ASPECTOS LOCAIS E ASPECTOS GLOBAIS.

Até meados do século 19, a raça humana manteve relativa harmonia com o meio ambiente. Com o surgimento da era industrial e das grandes aglomerações urbanas, houve uma quebra nessa harmonia, o que provocou uma crescente queda do nível de vida do ambiente, com a morte de rios e o desaparecimento de áreas verdes. A essa devastação inconsequente dá-se o nome de poluição.

Os rios são poluídos por descargas vindas dos esgotos urbanos não-tratados, dos complexos industriais, das minerações, etc. Evita-se esse tipo de poluição com o tratamento adequado dessas descargas.

O desmatamento também causa a morte dos rios, secando seu leito.

Os mares vão sendo aos poucos poluídos por esses rios, devido às descargas das indústrias, cidades litorâneas e por naufrágios de grandes petroleiros, que destroem toda a vida ao redor do local do acidente.

O solo é prejudicado pelas queimadas e pelo desmatamento. O fogo destrói não apenas as plantas que são o alvo dos incêndios, mas também suas raízes e microrganismos que vivem na terra, tornando-a estéril, sem as proteínas necessárias às plantas. O desmatamento causa também a erosão do solo.

Neste trabalho pretendo explicar qual é a relação entre as pessoas que formam a sociedade e sua atuação como defensoras ou não do meio ambiente.

Primeiro devo explicar o que é meio ambiente: "Meio ambiente corresponde não só ao meio físico e biológico, mas também ao meio sociocultural e sua relação com os modelos de desenvolvimento adotados pelo homem".

A preservação do meio ambiente, desde o início deste século, deixou de ser tratada como um assunto de um grupo pequeno de pessoas que alertavam para a necessidade de se preservar o maior bem da vida, fonte de energia dos habitantes deste planeta.

Tratar o meio ambiente como fonte de energia necessária à manutenção de todas as formas de vida é reconhecer que todos nós e, principalmente, os seres humanos detentores do poder de sua exploração dependem desta fonte de energia para a sobrevivência.

Devemos ter consciência que a natureza nos ensina, e que tudo o que necessitamos está disponível, restando apenas a nós a sabedoria de encontrar as formas equilibradas para prover as nossas necessidades sem provocar o esgotamento da fonte, pois são suficientes para a solução das necessidades não só da espécie humana, mas também de todos os seres vivos. Isso requer uma mudança radical na forma de enxergar os elementos naturais.

Como somos tripulantes de uma mesma nave temos que conviver com os mais diversos posicionamentos de como utilizar as nossas fontes de energia, bem como a forma de encarar as dívidas que ela nos proporciona.

Como já escrevi acima, há um consenso em pelo menos uma coisa: somos tripulantes de uma mesma nave e temos que encontrar alternativas para coexistirmos em equilíbrio, sendo que este equilíbrio diz respeito a forma de utilização dos recursos naturais disponíveis.

Tratar o meio ambiente de forma mais racional é reconhecer que todos os habitantes do planeta dependem de energia para sua sobrevivência, de forma que sem esta fonte ou com esta fonte em desequilíbrio, significa uma nave sem condições de navegar e seus tripulantes sem condições de manter o equilíbrio necessário à sua sobrevivência.

Portanto, a necessidade de um uso racional dos recursos naturais existentes é, atualmente, o maior desafio do século que se inicia.

Assim, a humanidade está chegando a conclusão, quase matemática e comprovada cientificamente, que a forma de utilização das fontes de energia estão ultrapassadas ou não mais atendem as necessidades da população atual. Não estão erradas do ponto de vista que foram criadas para o mal ou para o bem, mas sim que o modelo de exploração conhecido está levando o planeta à exaustão, diante da escassez dos recursos disponíveis.

O mundo hoje se questiona. Grupos criticam outros grupos apontando-os como responsáveis pelo desgaste atual. Isto é perigoso. Não se trata de encontrarmos culpados e responsabilizarmos pelo caos que se avista.

Não é momento de desagregação, mas sim de agregação em torno de um objetivo comum e um desafio que teremos que vencer: saber conviver, de forma equilibrada, com o nosso meio ambiente.

Partindo do princípio que a discussão hoje deixou de ser exclusiva de um grupo que se guiava pelo o romantismo ecológico, para ocupar as mesas de discussão mais importantes do planeta, como o Conselho de Segurança da ONU, chegamos no momento de encontrarmos um consenso sobre a questão.

Este momento requer uma organização de trabalho, cada esfera, grupo de profissionais, autoridades, enfim todos têm que encontrar alternativas para o novo modelo que virá. Por exemplo, dependendo da habilidade que cada grupo possui deverão ser desenvolvidas técnicas que contemplem processos equilibrados e a disponibilidade de recursos.

Diante da realidade que cada agrupamento de pessoas, e isto é normal a todo processo de discussão, defende o seu ponto de vista, cada posicionamento deverá ser observado e absorvido, caso seja viável.

Nota-se uma ausência de liderança capaz de deflagrar este processo, disciplinar a discussão e determinar procedimentos para que todos que têm a contribuir possam apresentar alternativas, visando atingir um consenso.

Realmente não se trata de um processo fácil ou rápido, mas é extremamente necessário e urgente.

Resta acreditar que nós temos capacidade de encontrar as soluções necessárias, restando a cada um ter disposição e boa vontade, sem resistências, como acontece com alguns governantes.

Todos sentem que alguma coisa tem que ser feita, mas não sabem o que.

Diante do que foi exposto acima, podemos dizer que a atuação das pessoas em relação à natureza se dá de várias formas, provocando aspectos positivos e negativos. Para uma parcela de pessoas é a própria fonte da vida, para outros ele existe para suprir as necessidades humanas, para outros nem existe, para outros existe desde que não os incomode, e assim por diante.

Mas nem tudo está perdido. Algumas sociedades que já reconheceram sua parcela de culpa na destruição do meio ambiente têm feito trabalhos de prevenção como reflorestamento, despoluição de baías e rios, recuperação de manguezais, coleta de lixo seletiva, filtros nas chaminés de suas indústrias, tratamento dos esgotos, entre outras ações positivas.

Qualquer mudança no meio ambiente, quer seja desfavorável ou benéfica, total ou parcialmente resultante das atividades, produtos e serviços de uma organização, é chamada de impacto ambiental. E as indústrias são as que mais causam impactos ao meio ambiente.

A atividade industrial está, inevitavelmente, associada a uma certa degradação do ambiente, uma vez que não existem processos de fabrico totalmente limpos. O perigo das emissões industriais varia com o tipo de indústria, matérias primas usadas, processos de fabrico, produtos fabricados ou substâncias produzidas, visto conterem componentes que afetam os ecossistemas.

De um modo geral as principais origens da poluição industrial são:

- As tecnologias utilizadas, muitas vezes envelhecidas e fortemente poluentes, com elevados consumos energéticos e de água, sem tratamento adequado dos efluentes com rara valorização de resíduos;
- A inexistência de sistemas de tratamento adequado dos líquidos;
- A inexistência de circuitos de eliminação adequados dos resíduos, em particular dos perigosos;
- Localização das unidades na proximidade de áreas urbanas, causando poluição do ar, incômodos e aumentando os riscos;
- Localização das unidades em solos agrícolas, causando a sua contaminação e prejudicando as culturas;
- Localização das unidades em zonas ecologicamente sensíveis, perturbando e prejudicando a fauna e a flora;
- Realização das descargas de resíduos em águas subterrâneas ou superficiais, com risco de contaminação das águas de consumo;
- Depósitos indevidos de resíduos, cuja infiltração é fonte de poluição do solo e do meio hídrico.

No ano em que o mundo admitiu que o homem é o principal responsável pelas mudanças climáticas e discute soluções para frear o aquecimento global, o Brasil insiste em empurrar para baixo do tapete a realização de um debate amplo e aberto sobre a problemática que envolve os resíduos tecnológicos, chamados resíduos hi-tech. Entre eles estão pilhas e baterias, lâmpadas fluorescentes, telefones celulares e equipamentos eletroeletrônicos (computadores, televisões, rádios e impressoras etc.). São toneladas de equipamentos que se tornam obsoletos em pouco tempo e cujo descarte adequado é desconhecido por grande

parte da população brasileira. A maioria destes produtos possui em sua composição metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio, entre outros. Se manuseados de maneira inadequada ou dispostos de forma irregular no solo oferecem riscos à saúde pública e ao meio ambiente, com perigo de contaminação do ar, do solo e das águas.

Milhares de brasileiros não fazem a menor ideia de que o descarte inadequado de equipamentos eletroeletrônicos e de baterias de celular pode causar graves danos à saúde e ao meio ambiente. Por outro lado, eles têm acesso cada vez mais facilitado a esses tipos de produtos.

Li numa revista que o celular de uma pessoa quebrou. Ela foi a uma loja de uma operadora "x", localizada em um shopping próximo para comprar um novo equipamento. Preocupado com a questão ambiental, perguntou à funcionária da operadora de telefonia onde deveria depositar a bateria do aparelho quebrado. Ela apontou para uma lixeira comum do corredor e disse que ele poderia jogar ali mesmo. Isso é um descaso, uma irresponsabilidade social.

Situações como esta são comuns em países que não regulamentam a questão dos resíduos sólidos de maneira correta. Isto pode ser caracterizado como crime ambiental.

Além deste exemplo citado acima podemos enumerar centenas de problemas causados pelo descaso das indústrias: poluição dos rios próximos às fábricas, mortandade dos peixes e da vida aquática de maneira geral, excesso de fumaça venenosa no espaço causando além do efeito estufa, também a destruição da camada de ozônio, poluição sonora, lançamento de gases venenosos em grande quantidade e não fiscalizada pelo governo, chuva ácida, etc.

Eu poderia lançar a seguinte pergunta:

O que pode ser caracterizado, resumidamente, como Crime Ambiental?

- causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população;
- causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade e
- lançar resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos. (Lei de Crimes Ambientais, Lei Federal nº 9.605 de 12/02/9.

O que nós podemos fazer para colaborar com a preservação do meio ambiente?

É claro que a nossa participação é bem menor nesse processo de poluição da natureza, mas algumas coisas podemos fazer para amenizar tudo isso. Vou dar um exemplo bem prático: Onde jogar o óleo de fritura em casa? Mesmo que não façamos muitas frituras, quando o fazemos, jogamos o óleo na pia ou por outro ralo, certo? Este é um dos maiores erros que podemos cometer! Sendo assim, o melhor que tem a fazer é colocar os óleos utilizados numa daquelas garrafas de plástico (por exemplo, as garrafas "PET" de refrigerantes), fechá-las e colocá-las no lixo orgânico.

Todo lixo orgânico que colocamos nos sacos vai para um local onde são abertos. Assim, as nossas garrafinhas são abertas e vazadas no local adequado, em vez de irem

juntamente com os esgotos para uma ETE - Estação de Tratamento de Esgoto, e ser necessário dispendir milhares de reais a mais para o seu tratamento, pois, segundo a CEDAE, um litro de óleo contamina cerca de 1 milhão de litros de água, o equivalente ao consumo de uma pessoa no período de 14 anos.

Existem saídas e formas para que a humanidade mude a sua relação com a natureza?

É claro que existem. E tudo precisa começar dentro de nossa própria casa. O diálogo entre as pessoas dentro de casa pode ser uma boa maneira para reflexão sobre a educação dos filhos. Como fazer para que as novas gerações desenvolvam um olhar consciente sobre o mundo? A forma mais fácil das crianças adquirirem conceitos como o respeito pelo outro, a preservação meio ambiente e todos as outras características necessárias para a formação de cidadãos de bem é a educação. Sempre ouço meus professores dizerem que não há mudança que não passe pela educação.

Todo mundo sabe que não se deve desperdiçar água ou deixar a luz acesa, no entanto, se esses conceitos forem ensinados desde a infância, transformam-se em hábitos e não mais em uma obrigação.

As mães, pais, irmãos mais velhos, professores, adultos de hoje podem contribuir para que as crianças se tornem cidadãos conscientes no futuro:

1. Explicar às crianças que a água não começa na torneira e nem termina no ralo, mas que vem da nascente de um rio e acaba em um esgoto. Mostrar qual a importância da preservação da água. Mostrar que é na água que vivem os peixes e outros animais ajuda as crianças a se aproximarem mais dessa causa;

2. Aproveitar os finais de semana para, ao invés de levar as crianças somente ao shopping, fazer passeios ao ar livre, como em parques e sítios para que elas tenham contato com a natureza; subir e descer das árvores, brincar na grama e com animais ou outras atividades semelhantes são divertidas e facilitam ao adulto explicar a importância da natureza;

3. Ensinar que o lixo deve ser jogado no lixo e não nas ruas, além de incentivá-las a separar o material que pode ser reciclado e estimular às crianças a montar brinquedos de sucata. Jamais jogue lixo no chão na frente do seu filho. Pontas de cigarro jogadas fora do cinzeiro também são um péssimo exemplo;

4. Falar na hora das refeições para que coloquem no prato o essencial, evitando o desperdício de comida, alertando sempre que no mundo existem muitas pessoas que não tem com o que se alimentar. Brincadeiras com a comida, explicando de onde vem as frutas, verduras e legumes por exemplo, geram maior identidade do alimento que está no prato com o meio ambiente;

5. Pedir que sempre apaguem a luz, evitando o gasto excedente de energia elétrica; esta tarefa é das mais difíceis, mas vale a pena gastar um pouco de tempo para garantir que não haja desperdício.

São pequenos hábitos que podem ajudar na manutenção da vida no planeta.

Fonte: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/geografia/a-sociedade-meio-ambiente.htm>

DESCOBERTAS E INOVAÇÕES CIENTÍFICAS NA ATUALIDADE E SEUS IMPACTOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.

Sistema planetário TRAPPIST-1

Cientistas anunciaram, em maio, a descoberta de sete planetas muito parecidos com a Terra fora do sistema solar, dos quais três poderiam ser habitáveis. Foi a primeira vez que tantos planetas desse tipo foram encontrados ao redor de uma mesma estrela (no caso, a anã vermelha TRAPPIST-1), feito que mereceu a capa da revista *Nature* daquela semana. O sistema fica a 39 anos-luz de distância (cada ano-luz corresponde a 9,46 trilhões de quilômetros) do Sol.

O critério para considerar um planeta propício para abrigar vida é que ele esteja na "zona habitável" de uma estrela. Isso significa que ele precisa estar a uma distância do astro principal suficiente para abrigar água líquida em sua superfície – grosso modo, ter temperaturas que variam entre 0°C e 100°C. Na época em que anunciaram a descoberta, os cientistas afirmaram que o achado demonstra que planetas "irmãos" da Terra são abundantes no Universo e podem ajudar na busca por sinais de vida fora do globo.

O oitavo continente: Zelândia

Um grupo de cientistas publicou, em fevereiro, um manifesto pedindo para que a Zelândia, um fragmento continental localizado no Oceano Pacífico (do qual a Nova Zelândia faz parte), fosse considerada um continente propriamente dito, não parte da Oceania. Até agora os cientistas consideravam ela apenas um pedaço de crosta continental que se desprende dos demais continentes no seu processo de fragmentação, há 200 milhões de anos – mas considerava que era pequena demais para ser um continente "independente". Os cientistas que publicaram o artigo opinativo discordam dessa classificação, afirmando que "sua separação da Austrália e grande área sustentam sua definição como continente" e não como um fragmento.

Útero artificial

Pensando em aumentar as chances de sobrevivência de bebês prematuros, cientistas desenvolveram um útero artificial e, em abril, conseguiram gerar um feto de cordeiro nascido com o equivalente a 23 semanas de gestação humana (idealmente são 38). A estrutura consistia em uma bolsa preenchida por um fluido que simulava a placenta, onde o animal permaneceu por quatro semanas e conseguiu se desenvolver normalmente. Com o sucesso do experimento, os pesquisadores esperam realizar testes com bebês humanos no futuro.

Fonte: <https://veja.abril.com.br/ciencia/sete-descobertas-cientificas-que-deram-o-que-falar-em-2017/>

MUNDO CONTEMPORÂNEO: ELEMENTOS DE POLÍTICA INTERNACIONAL E BRASILEIRA.

Atualidades – Temas mensais

1 - Febre amarela

Desde 2016, algumas regiões do Brasil têm enfrentado um surto de febre amarela, mas foi em 2018 que a crise se intensificou, com aumento de casos da doença. A febre amarela é transmitida por mosquitos silvestres, que ocorre em áreas de florestas e matas. Na área urbana, o mosquito transmissor é o *Aedes aegypti*.

A única forma de se prevenir é recorrer à vacinação, disponível nos postos de saúde, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo dados do Ministério da Saúde, entre de 1º julho de 2017 a 28 de fevereiro, foram 723 casos e 237 óbitos. Em 2017, houve 576 casos e 184 óbitos. Por isso, uma das indicações segundo especialistas na área da saúde, é evitar áreas rurais, caso a pessoa ainda não esteja vacinado. A vacina dura cerca de 10 anos.

As áreas mais atingidas pela febre amarela são os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e São Paulo. De acordo com os especialistas, os índices atuais apontam que a atual situação supera o surto dos anos 80. Os principais sintomas da doença são febre, dor de cabeça, dores musculares, fadiga, náuseas, vômitos, entre outros.



#FicaDica

Um dos pontos de mais destaque na mídia, quando se trata de febre amarela, é a falta de vacinas nos postos de saúde, devido à alta procura pela vacina, em janeiro de 2018. Na ocasião, as vacinas foram fracionadas para conter a alta demanda pelo serviço, por parte da população.



FIQUE ATENTO!

As provas em concursos públicos podem tratar sobre a alta procura pela vacina, motivada pela escassez, em meio à euforia popular em se vacinar, por conta dos índices de mortes. Vale também manter atenção quanto às formas de transmissão e de que a vacina, de fato, é melhor forma de se prevenir.

2 - Questão das armas nos EUA

Historicamente, os Estados Unidos têm políticas mais flexíveis de porte armas para os cidadãos, uma questão bastante inserida na cultura do país, diferentemente de nações como o Brasil.

Contudo, com os altos índices de ataques e tiroteios em escolas e outros locais publicados, na maioria das vezes crimes causados por civis com porte de armas, tem suscitado a discussão sobre endurecer o acesso às armas, com políticas menos flexíveis.

No governo de Barack Obama (2009-2017), essas discussões foram intensificadas. O então presidente demonstra ser favorável à implantação de medidas mais rígidas, mas encontrou grande resistência de seus oponentes no Partido Republicano.

No atual governo de Donald Trump, que assumiu em 2017, essa discussão é tida pela Casa Branca como um assunto que pode esperar, por não se tratar de prioridade para o atual governo. A camada da sociedade norte-americana inclinada a leis mais rígidas, defende que haja restrição na venda de armas.



#FicaDica

É importante ressaltar que a questão das armas é um tema que divide a sociedade dos Estados Unidos. Camadas da sociedade, desde ONGs e pessoas da esfera política, defendem o controle das armas como forma de minimizar os ataques recentes. Porém quem é contra a ideia, acredita que o momento é propício para armar ainda mais a população.



FIQUE ATENTO!

Não é difícil de imaginar que algumas questões previstas em concursos relacionem o tema a Donald Trump, que claramente se mostrou favorável a ao direito de armar a população. Além disso, é possível que seja relacionado ainda a polêmica de envolve a indústria de armas, ou seja, para os críticos da flexibilidade de armamento, manter as atuais leis interessa esse mercado milionário, que vive um bom momento em 2018.

3 - Guerra comercial - China e EUA

De um lado os gigantes norte-americanos, de outro a poderosa China. O embate comercial entre as duas potências tem influenciado o mercado de outros países. Em resumo, ambas as nações implementaram no final do primeiro semestre de 2018 políticas mais rígidas e restrições de produtos dos dois países no mercado interno do oponente.

A primeira polêmica começou com imposição de tarifas dos EUA sobre cerca de US\$ 34 bilhões em produtos da China, em julho de 2018. A justificativa da Casa Branca é que a medida fortalece o mercado interno. A nação ainda acusou a China de roubo de propriedade intelectual de produtos norte-americanos.

O governo chinês retaliou e aplicou taxas compatíveis em relação a centenas de produtos dos Estados Unidos, o que representa também cerca de US\$ 34 bilhões. Esse cenário trouxe a maior guerra comercial de todos os tempos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Analista Legislativo - Enfermagem

Sistema Único de Saúde – SUS: história, princípios, diretrizes, estrutura, organização das instituições e suas relações com os serviços de saúde, níveis de assistência à saúde, direitos dos usuários, políticas, ações e programas de saúde.	01
Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Lei federal nº 7.498/1986	24
Decreto Lei nº 94.406/1987.	33
Gerenciamento de serviços de enfermagem.	35
Dimensionamento de pessoal em Enfermagem.	39
Planejamento, programação e elaboração de projetos básicos para aquisição de materiais e insumos em saúde.	45
Planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.	46
Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde.	47
Sistematização da Assistência de Enfermagem – SAE.	51
Educação em saúde.	56
Biossegurança.	62
Programa Nacional de Segurança do Paciente.	82
Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis – DCNT no Brasil.	85
Assistência de enfermagem em doenças transmissíveis.	93
Assistência de enfermagem nos agravos clínicos e cirúrgicos.	100
Assistência de enfermagem em urgência e emergência.	143
Suporte Avançado de Vida em Cardiologia.	149
Assistência de enfermagem em saúde mental.	151
Assistência de enfermagem à saúde da criança e do adolescente, à saúde da mulher, à saúde do homem e à saúde do idoso.	159
Programa Nacional de Imunizações.	206
Bioestatística e Enfermagem Baseada em Evidências.	208

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Analista Legislativo - Enfermagem

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS: HISTÓRIA, PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES E SUAS RELAÇÕES COM OS SERVIÇOS DE SAÚDE, NÍVEIS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, DIREITOS DOS USUÁRIOS, POLÍTICAS, AÇÕES E PROGRAMAS DE SAÚDE.

SUS Princípios e Diretrizes

Princípios e Diretrizes

A primeira e maior novidade do Sistema Único de Saúde é seu conceito de saúde. Esse “conceito ampliado de saúde”, resultado de um processo de embates teóricos e políticos, como visto anteriormente, traz consigo um diagnóstico das dificuldades que o setor da saúde enfrentou historicamente e a certeza de que a reversão deste quadro extrapolava os limites restritos da noção vigente.

Encarar saúde apenas como ausência de doenças evidenciou um quadro repleto não só das próprias doenças, como de desigualdades, insatisfação dos usuários, exclusão, baixa qualidade e falta de comprometimento profissional.

Para enfrentar essa situação era necessário transformar a concepção de saúde, de serviços de saúde e, até mesmo, de sociedade. Uma coisa era se deparar com a necessidade de abrir unidades, contratar profissionais, comprar medicamentos. Outra tarefa é conceber a atenção à saúde como um projeto que iguale saúde com condições de vida.

Ao lado do conceito ampliado de saúde, o Sistema Único de Saúde traz dois outros conceitos importantes: o de sistema e a ideia de unicidade. A noção de sistema significa que não estamos falando de um novo serviço ou órgão público, mas de um conjunto de várias instituições, dos três níveis de governo e do setor privado contratado e conveniado, que interagem para um fim comum.

Na lógica do sistema público, os serviços contratados e conveniados são seguidos dos mesmos princípios e das mesmas normas do serviço público. Os elementos integrantes do sistema referem-se, ao mesmo tempo, às atividades de promoção, proteção e recuperação da saúde.

Esse sistema é único, ou seja, deve ter a mesma doutrina e a mesma forma de organização em todo país. Mas é preciso compreender bem esta ideia de unicidade. Em um país com tamanha diversidade cultural, econômica e social como o Brasil, pensar em organizar um sistema sem levar em conta essas diferenças seria uma temeridade.

O que é definido como único na Constituição é um conjunto de elementos doutrinários e de organização do Sistema Único de Saúde, os princípios da universalização, da equidade, da integralidade, da descentralização e da participação popular. Esses elementos se relacionam com as peculiaridades e determinações locais, por meio

de formas previstas de aproximação de gerência aos cidadãos, seja com descentralização político-administrativa, seja por meio do controle social do sistema.

O Sistema Único de Saúde pode, então, ser entendido a partir da seguinte imagem: um núcleo comum (único), que concentra os princípios doutrinários, e uma forma de organização e operacionalização, os princípios organizativos. A construção do SUS norteia-se, baseado nos seus preceitos constitucionais, pelas seguintes doutrinas:

- **Universalidade:** É a garantia de atenção à saúde, por parte do sistema, a todo e qualquer cidadão (“A saúde é direito de todos e dever do Estado” – Art. 196 da Constituição Federal de 1988).

Com a universalidade, o indivíduo passa a ter direito de acesso a todos os serviços públicos de saúde, assim como aqueles contratados pelo poder público de saúde, independente de sexo, raça, renda, ocupação ou outras características sociais ou pessoais. Saúde é direito de cidadania e dever do Governo: Municipal, Estadual e Federal.

- **Equidade:** O objetivo da equidade é diminuir desigualdades. Mas isso não significa que a equidade seja sinônima de igualdade. Apesar de todos terem direito aos serviços, as pessoas não são iguais e por isso têm necessidades diferentes. Então, equidade é a garantia a todas as pessoas, em igualdade de condições, ao acesso às ações e serviços dos diferentes níveis de complexidade do sistema.

O que determinará as ações será a prioridade epidemiológica e não o favorecimento, investindo mais onde a carência é maior. Sendo assim, todos terão as mesmas condições de acesso, more o cidadão onde morar, sem privilégios e sem barreiras. Todo cidadão é igual perante o SUS e será atendido conforme suas necessidades até o limite do que o sistema pode oferecer para todos.

- **Integralidade:** As ações de promoção, proteção e reabilitação da saúde não podem ser fracionadas, sendo assim, os serviços de saúde devem reconhecer na prática que: se cada pessoa é um todo indivisível e integrante de uma comunidade, as ações de promoção, proteção e reabilitação da saúde também não podem ser compartimentalizadas, assim como as unidades prestadoras de serviço, com seus diversos graus de complexidade, configuram um sistema capaz de prestar assistência integral.

Ao mesmo tempo, o princípio da integralidade pressupõe a articulação da saúde com outras políticas públicas, como forma de assegurar uma atuação intersetorial entre as diferentes áreas que tenham repercussão na saúde e qualidade de vida dos indivíduos.

Para organizar o SUS a partir dos princípios doutrinários apresentados e considerando-se a ideia de seguridade social e relevância pública existem algumas diretrizes que orientam o processo. Na verdade, trata-se de formas de concretizar o SUS na prática.

- **Regionalização e hierarquização:** Os serviços devem ser organizados em níveis de complexidade tecnológica crescente, dispostos em uma área geográfica delimitada e com a definição da população a ser atendida.

Planejados a partir de critérios epidemiológicos, implica na capacidade dos serviços em oferecer a uma determinada população todas as modalidades de assistência, bem como o acesso a todo tipo de tecnologia disponível, possibilitando alto grau de resolutividade (solução de problemas).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Analista Legislativo - Enfermagem

A rede de serviços, organizada de forma hierarquizada e regionalizada, permite um conhecimento maior da situação de saúde da população da área delimitada, favorecendo ações de atenção ambulatorial e hospitalar em todos os níveis de complexidade.

Deve o acesso da população à rede se dar por intermédio dos serviços de nível primário de atenção, que devem estar qualificados para atender e resolver os principais problemas que demandam os serviços de saúde. Os demais deverão ser referenciados para os serviços de maior complexidade tecnológica. Estes caminhos somam a integralidade da atenção com o controle e a racionalidade dos gastos no sistema

Sistemas de Saúde no Brasil

1) Todos os estados e municípios devem ter conselhos de saúde compostos por representantes dos usuários do SUS, dos prestadores de serviços, dos gestores e dos profissionais de saúde. Os conselhos são fiscais da aplicação dos recursos públicos em saúde.

2) A União é o principal financiador da saúde pública no país. Historicamente, metade dos gastos é feita pelo governo federal, a outra metade fica por conta dos estados e municípios. A União formula políticas nacionais, mas a implementação é feita por seus parceiros (estados, municípios, ONGs e iniciativa privada)

3) O município é o principal responsável pela saúde pública de sua população. A partir do Pacto pela Saúde, assinado em 2006, o gestor municipal passa a assumir imediata ou paulatinamente a plenitude da gestão das ações e serviços de saúde oferecidos em seu território.

4) Quando o município não possui todos os serviços de saúde, ele pactua (negocia e acerta) com as demais cidades de sua região a forma de atendimento integral à saúde de sua população. Esse pacto também deve passar pela negociação com o gestor estadual

5) O governo estadual implementa políticas nacionais e estaduais, além de organizar o atendimento à saúde em seu território. A porta de entrada do sistema de saúde deve ser preferencialmente a atenção básica (postos de saúde, centros de saúde, unidades de Saúde da Família, etc.). A partir desse primeiro atendimento, o cidadão será encaminhado para os outros serviços de maior complexidade da saúde pública (hospitais e clínicas especializadas).

6) O sistema público de saúde funciona de forma referenciada. Isso ocorre quando o gestor local do SUS, não dispondo do serviço de que o usuário necessita, encaminha-o para outra localidade que oferece o serviço. Esse encaminhamento e a referência de atenção à saúde são pactuados entre os municípios

7) Não há hierarquia entre União, estados e municípios, mas há competências para cada um desses três gestores do SUS. No âmbito municipal, as políticas são aprovadas

pelo CMS – Conselho Municipal de Saúde; no âmbito estadual, são negociadas e pactuadas pela CIB – Comissão Intergestores Bipartite (composta por representantes das secretarias municipais de saúde e secretaria estadual de saúde) e deliberadas pelo CES – Conselho Estadual de Saúde (composto por vários segmentos da sociedade: gestores, usuários, profissionais, entidades de classe, etc.); e, por fim, no âmbito federal, as políticas do SUS são negociadas e pactuadas na CIT – Comissão Intergestores Tripartite (composta por representantes do Ministério da Saúde, das secretarias municipais de saúde e das secretarias estaduais de saúde).

8) Os medicamentos básicos são adquiridos pelas secretarias estaduais e municipais de saúde, dependendo do pacto feito na região. A insulina humana e os chamados medicamentos estratégicos - incluídos em programas específicos, como Saúde da Mulher, Tabagismo e Alimentação e Nutrição - são obtidos pelo Ministério da Saúde. Já os medicamentos excepcionais (aqueles considerados de alto custo ou para tratamento continuado, como para pós-transplantados, síndromes - como Doença de Gaucher - e insuficiência renal crônica) são comprados pelas secretarias de saúde e o ressarcimento a elas é feito mediante comprovação de entrega ao paciente. Em média, o governo federal repassa 80% do valor dos medicamentos excepcionais, dependendo dos preços conseguidos pelas secretarias de saúde nos processos licitatórios. Os medicamentos para DST/Aids são comprados pelo ministério e distribuídos para as secretarias de saúde.

9) Com o Pacto pela Saúde (2006), os estados e municípios poderão receber os recursos federais por meio de cinco blocos de financiamento: 1 – Atenção Básica; 2 – Atenção de Média e Alta Complexidade; 3 – Vigilância em Saúde; 4 – Assistência Farmacêutica; e 5 – Gestão do SUS. Antes do pacto, havia mais de 100 formas de repasses de recursos financeiros, o que trazia algumas dificuldades para sua aplicação.

Há hierarquia no Sistema Único de Saúde entre as unidades da Federação?

A relação entre a União, estados e municípios não possui uma hierarquização. Os entes federados negociam e entram em acordo sobre ações, serviços, organização do atendimento e outras relações dentro do sistema público de saúde. É o que se chama de pactuação intergestores. Ela pode ocorrer na Comissão Intergestora Bipartite (estados e municípios) ou na Comissão Intergestora Tripartite (os três entes federados).

Qual a responsabilidade financeira do governo federal na área de saúde?

- A gestão federal da saúde é realizada por meio do Ministério da Saúde.

- O governo federal é o principal financiador da rede pública de saúde. Historicamente, o Ministério da Saúde aplica metade de todos os recursos gastos no país em saúde pública em todo o Brasil. Estados e municípios, em geral, contribuem com a outra metade dos recursos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Analista Legislativo - Enfermagem

- O Ministério da Saúde formula políticas nacionais de saúde, mas não realiza as ações. Para a realização dos projetos, depende de seus parceiros (estados, municípios, ONGs, fundações, empresas, etc.).

- Também tem a função de planejar, criar normas, avaliar e utilizar instrumentos para o controle do SUS.

- Os estados possuem secretarias específicas para a gestão de saúde.

- O gestor estadual deve aplicar recursos próprios, inclusive nos municípios, e os repassados pela União.

- Além de ser um dos parceiros para a aplicação de políticas nacionais de saúde, o estado formula suas próprias políticas de saúde.

- Ele coordena e planeja o SUS em nível estadual, respeitando a normatização federal.

- Os gestores estaduais são responsáveis pela organização do atendimento à saúde em seu território.

Qual a responsabilidade do governo municipal na área de saúde?

- A estratégia adotada no país reconhece o município como o principal responsável pela saúde de sua população.

- A partir do Pacto pela Saúde, de 2006, o gestor municipal assina um termo de compromisso para assumir integralmente as ações e serviços de seu território.

- Os municípios possuem secretarias específicas para a gestão de saúde.

- O gestor municipal deve aplicar recursos próprios e os repassados pela União e pelo estado.

- O município formula suas próprias políticas de saúde e também é um dos parceiros para a aplicação de políticas nacionais e estaduais de saúde.

- Ele coordena e planeja o SUS em nível municipal, respeitando a normatização federal e o planejamento estadual.

- Pode estabelecer parcerias com outros municípios para garantir o atendimento pleno de sua população, para procedimentos de complexidade que estejam acima daqueles que pode oferecer.

- Em setembro de 2000, foi editada a Emenda Constitucional nº 29.

- O texto assegura a co-participação da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios no financiamento das ações e serviços de saúde pública.

- A nova legislação estabeleceu limites mínimos de aplicação em saúde para cada unidade federativa.

- Mas ela precisa ser regulamentada por projeto de lei complementar que já está em debate no Congresso Nacional.

O novo texto definirá quais tipos de gastos são da área de saúde e quais não podem ser considerados gastos em saúde.

Quanto a União, os estados e municípios devem investir?

- A Emenda Constitucional nº 29 estabelece que os gastos da União devem ser iguais ao do ano anterior, corrigidos pela variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB).

- Os estados devem garantir 12% de suas receitas para o financiamento à saúde.

- Já os municípios precisam aplicar pelo menos 15% de suas receitas.

Quais são as receitas dos estados?

Elas são compostas por:

A) Impostos Estaduais: ICMS, IPVA e ITCMD (sobre herança e doações).

B) Transferências da União: cota-parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE), cota-parte do IPI-Exportação, transferências da Lei Complementar nº 87/96 – Lei Kandir.

C) Imposto de Renda Retido na Fonte.

D) Outras Receitas Correntes: receita da dívida ativa de impostos e multas, juros de mora e correção monetária de impostos;

Para onde vão e como são fiscalizados esses recursos?

A Emenda Constitucional nº 29 estabeleceu que deveriam ser criados pelos estados, Distrito Federal e municípios os fundos de saúde e os conselhos de saúde. O primeiro recebe os recursos locais e os transferidos pela União. O segundo deve acompanhar os gastos e fiscalizar as aplicações.

O que quer dizer transferências "fundo a fundo"?

Com a edição da Emenda Constitucional nº 29, fica clara a exigência de que a utilização dos recursos para a saúde somente será feita por um fundo de saúde. Transferências fundo a fundo, portanto, são aquelas realizadas entre fundos de saúde (ex.: transferência repassada do Fundo Nacional de Saúde para os fundos estaduais e municipais).

Quem faz parte dos conselhos de saúde?

Os conselhos são instâncias colegiadas (membros têm poderes iguais) e têm uma função deliberativa. Eles são fóruns que garantem a participação da população na fiscalização e formulação de estratégias da aplicação pública dos recursos de saúde. Os conselhos são formados por representantes dos usuários do SUS, dos prestadores de serviços, dos gestores e dos profissionais de saúde.

Como funciona o atendimento ao SUS?

O sistema de atendimento funciona de modo descentralizado e hierarquizado.

O que quer dizer descentralização?

Significa que a gestão do sistema de saúde passa para os municípios, com a consequente transferência de recursos financeiros pela União, além da cooperação técnica.

Os municípios, então, devem ter todos os serviços de saúde?

Não. A maior parte deles não tem condições de ofertar na integralidade os serviços de saúde. Para que o sistema funcione, é necessário que haja uma estratégia regional de atendimento (parceria entre estado e municípios) para corrigir essas distorções de acesso.

Como é feita essa estratégia de atendimento?

- No Sistema Único de Saúde, há o que se chama de referencialização. Na estratégia de atendimento, para cada tipo de enfermidade há um local de referência para o serviço. A entrada ideal do cidadão na rede de saúde é a atenção básica (postos de saúde, equipes do Saúde da Família, etc.).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Analista Legislativo - Enfermagem

• Um segundo conceito básico do SUS é a hierarquização da rede. O sistema, portanto, entende que deve haver centros de referência para graus de complexidade diferentes de serviços.

Quanto mais complexos os serviços, eles são organizados na seguinte sequência: **unidades de saúde, município, pólo e região.**

Como se decide quem vai atender o quê?

Os gestores municipais e estaduais verificam quais instrumentos de atendimento possuem (ambulâncias, postos de saúde, hospitais, etc.). Após a análise da potencialidade, traçam um plano regional de serviços. O acerto ou pactuação irá garantir que o cidadão tenha acesso a todos os tipos de procedimentos de saúde. Na prática, uma pessoa que precisa passar por uma cirurgia, mas o seu município não possui atendimento hospitalar, será encaminhada para um hospital de referência em uma cidade vizinha.

Os municípios têm pleno poder sobre os recursos?

Os municípios são incentivados a assumir integralmente as ações e serviços de saúde em seu território. Esse princípio do SUS foi fortalecido pelo Pacto pela Saúde, acertado pelos três entes federados em 2006. A partir de então, o município pode assinar um Termo de Compromisso de Gestão. Se o termo for aprovado na Comissão Bipartite do estado, o gestor municipal passa a ter a gestão de todos os serviços em seu território. A condição permite que o município receba os recursos de forma regular e automática para todos os tipos de atendimento em saúde que ele se comprometeu a fazer.

Há um piso para o recebimento de recursos da atenção básica?

Trata-se do Piso da Atenção Básica (PAB), que é calculado com base no total da população da cidade. Além desse piso fixo, o repasse pode ser incrementado conforme a adesão do município aos programas do governo federal. São incentivos, por exemplo, dados ao programa Saúde da Família, no qual cada equipe implementada representa um acréscimo no repasse federal. As transferências são realizadas fundo a fundo.

Como são feitos os repasses para os serviços hospitalares e ambulatoriais?

A remuneração é feita por serviços produzidos pelas instituições credenciadas no SUS. Elas não precisam ser públicas, mas devem estar cadastradas e credenciadas para realizar os procedimentos pelo serviço público de saúde. O pagamento é feito mediante a apresentação de fatura, que tem como base uma tabela do Ministério da Saúde que especifica quanto vale cada tipo de procedimento.

Pode-se, então, gastar o quanto se quiser nesse tipo de procedimento?

Não. Há um limite para o repasse, o chamado teto financeiro.

O teto é calculado com base em dados como população, perfil epidemiológico e estrutura da rede na região.

E os convênios? O que são?

Esse tipo de repasse objetiva a realização de ações e programas de responsabilidade mútua, de quem dá o investimento (concedente) e de quem recebe o dinheiro (conveniente). O quanto o segundo vai desembolsar depende de sua capacidade financeira e do cronograma físico-financeiro aprovado. Podem fazer convênios com o Ministério da Saúde os órgãos ou entidades federais, estaduais e do Distrito Federal, as prefeituras municipais, as entidades filantrópicas, as organizações não-governamentais e outros interessados no financiamento de projetos específicos na área de saúde. Os repasses por convênios significam transferências voluntárias de recursos financeiros (ao contrário das transferências fundo a fundo, que são obrigatórias) e representam menos de 10% do montante das transferências.

Controle social no SUS

A lei 8142/90, determina duas formas de participação da população na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS: Conferências de Saúde e Conselhos de Saúde. Conferências de Saúde – no artigo 1º da 8142/90 parágrafo 1º diz: A Conferência de Saúde reunir-se-á cada 4(quatro) anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes, convocada pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, por este ou pelo Conselho de Saúde.

Conselhos de Saúde – no artigo 1º da 8142/90 parágrafo 2º diz:

- O Conselho de Saúde, é um órgão colegiado de caráter permanente e deliberativo do Sistema Único de Saúde-SUS. O colegiado do Conselho de Saúde é composto por:

- 25% de representantes do governo e prestadores de serviços, 25% de profissionais de saúde e 50% de usuários, atua na formulação e proposição de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cuja decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera de governo.

A Resolução nº 333 de 04/11/2003, do Conselho Nacional de Saúde aprova diretrizes para a Criação, reformulação, estruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde.

Direitos dos Usuários do SUS

A "Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde" traz informações para que você conheça seus direitos na hora de procurar atendimento de saúde. Ela reúne os seis princípios básicos de cidadania que asseguram ao brasileiro o ingresso digno nos sistemas de saúde, seja ele público ou privado. A Carta é uma importante ferramenta para que você conheça seus direitos e, assim, ajude o Brasil a ter um sistema de saúde ainda mais efetivo.

Os princípios da Carta são:

1. Todo cidadão tem direito ao acesso ordenado e organizado aos sistemas de saúde